

Edifício Luciano Costa: Eclético e moderno

AMORIM, Luiz; PASSOS, Jorge. Edifício Luciano Costa: Eclético e moderno. Revista Docomomo Brasil, Rio de Janeiro, n. 3, p. 84-109, dez. 2019

data de submissão: 08/12/2019

data de aceite: 10/01/2020

Luciano Costa building: eclectic and modern

Luiz AMORIM

PhD em *Advanced Architectural Studies* pela *University College London*, professor dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE e de Arquitetura e Urbanismo da UFPB; amorim@ufpe.br

Jorge PASSOS

Arquiteto e urbanista pela UFPE, titular da empresa Jorge Passos - Arquitetura e Restauro; jp@jorgepassos.com.br

Resumo

Este artigo apresenta a gênese do edifício Luciano Costa, intervenção do arquiteto Delfim Amorim no edifício eclético sede do Banco do Recife. Oferece uma perspectiva mais alargada das circunstâncias que levaram à construção e ocupação da referida sede, da intervenção do arquiteto, das tentativas de restaurá-la e, finalmente, dos princípios que fundamentaram as obras de restauração da fachada eclética. Permite-se, desta forma, tomar conhecimento por meio desta edificação emblemática, temas centrais que balizaram as teorias da arquitetura e do urbanismo prevalentes ao longo do século XX.

Palavras-chave: Delfim Amorim, arquitetura moderna, arquitetura eclética, restauração, Edifício Luciano Costa.

Abstract

This paper presents the genesis of the Luciano Costa building, an intervention designed by the architect Delfim Amorim in the eclectic headquarters of the Banco do Recife. It offers a broader perspective of the circumstances that led to the construction and occupation of the referred headquarters, of the architect's intervention, the attempts to restore it and, finally, the principles that underpinned the restoration work of the eclectic facade. In this way, it is possible to follow, through this emblematic building, key themes that marked the prevalent theories of architecture and urbanism throughout the 20th century.

Keywords: Delfim Amorim, modern architecture, eclectic architecture, restoration, Luciano Costa building.

1. Introdução: o fim e um novo começo

A imprensa pernambucana noticiou com certo destaque, em novembro de 2005, o desabamento de um trecho da laje da cobertura do Edifício Luciano Costa, imóvel notabilizado pela intervenção de autoria do arquiteto Delfim Fernandes Amorim

(AMORIM, et al, 1981; AMORIM, 1989; BARBOSA, 1972; BRUAND, 1981; NASLAVSKY, 2010; SEGAWA, 1998; SILVA, 1988; 1994) na antiga sede eclética do Banco do Recife. Localizado no Bairro do Recife, na cidade de mesmo nome, no interior do perímetro de tombamento¹ definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi considerado no processo que fundamentou o ato de tombamento como um imóvel de destaque, precisamente pela natureza da intervenção do arquiteto: 'a intervenção salvadora já se integrou à arquitetura do Recife e deve ser preservada' (Urb-Recife/IPHAN, 1998).

O edifício tornou-se emblemático pela solução de modernização adotada, fundamentada no envolvimento da edificação pré-existente por meio de película de elementos vazados, apelidada de "véu de noiva"² por deixar entrever a arquitetura encapsulada pelo aparato arquitetônico moderno (AMORIM, et al, 1981; AMORIM, 1994; 1999; 2000a; 2000b; AMORIM, 2007; CABRAL, 2010; SILVA, 1994). Esta fora a solução encontrada para adaptar o imóvel ao programa típico de um edifício de uso misto destinado à unidades comerciais e escritórios, que exigia, além do rearranjo espacial, da atualização das redes de infraestrutura e da modernização das suas feições ecléticas. A encomenda foi apresentada ao arquiteto pelo empresário Luciano Costa Júnior, um dos seus proprietários, para quem o arquiteto já havia projetado sua residência de final de semana (AMORIM, et al, 1981; BARBOSA, 1972) e com quem iria desenvolver uma profícua colaboração ao longo da década de 1960.³

O desabamento ocorreu em um final de semana, evitando vítimas, mas acarretando, além dos prejuízos materiais para proprietários e inquilinos, a imediata interdição do imóvel pela Defesa Civil do Recife. Ato contínuo, a Engest – Engenharia Estrutural foi contratada pelos proprietários para avaliar o grau de comprometimento estrutural da edificação, notadamente da laje da cobertura e da estrutura de suporte do "véu de noiva". O laudo técnico, de autoria dos engenheiros Gamal Asfura e Wilson Reinaldo Brasil apontou o grave estado de conservação da estrutura de concreto armado (CABRAL, 2010).

Esta não foi a primeira vez que o edifício Luciano Costa estampava as páginas dos jornais recifenses como objeto de notícia bombástica, como Paulo Cavalcanti nos lembra:

[...] no mesmo dia da bomba nos Guararapes,⁴ a 25 de julho de 1966, quase à mesma hora, outros artefatos explodiram na cidade, em pontos diferentes: um na sede da União dos Estudantes de Pernambuco, UEP, na Rua Gervásio Pires, outro, nos escritórios do United Information Service [sic], USIS⁵, no Edifício Luciano Costa, situado na Avenida Rio Branco (CAVALCANTI, 1980: p. 308-309).

Neste caso, as consequências do sinistro marcou, simbolicamente, o fim de um longo processo de discussão em torno da preservação e restauração dos elementos modernos introduzidos pelo arquiteto, que envolveu órgãos de preservação municipal, estadual e federal, face ao interesse dos proprietários de restaurar o imóvel segundo originalmente concebido e, conseqüentemente, reintegrá-lo ao conjunto urbano da grande reforma pelo qual o Bairro do Recife passou no início do século XX.⁶

Este artigo apresenta a gênese do edifício Luciano Costa por meio de dois estudos. O primeiro, desenvolvido entre 1994 e 2003, observou-o como imóvel ímpar na produção do arquiteto, de notável impacto no debate sobre a intervenção em edificações de passado recente, recomendou sua conservação e indicou princípios para o seu restauro (AMORIM, 1994; 1999; 2000a; 2000b; AMORIM; TOLEDO; CABRAL, 2003). O segundo, atendeu à imperativa remoção dos elementos modernos e à conseqüente restauração da fachada eclética (JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009). Procura-se, ao reuni-los, oferecer uma perspectiva mais alargada das circunstâncias que levaram à construção e ocupação da sede do Banco do Recife, da intervenção de Delfim Amorim, das tentativas de restaurá-la e, finalmente, dos princípios que fundamentaram as referidas obras de restauração. Permite-se, desta forma, tomar conhecimento, por meio desta edificação emblemática, de temas cen-

trais que balizaram as teorias da arquitetura e do urbanismo prevalentes ao longo do século XX.

2. Breves considerações sobre um edifício em dois tempos

O Banco do Recife foi uma das várias instituições financeiras que se instalaram no início do século XX no bairro do Recife, após as reformas urbanas no núcleo primário de formação da cidade, originado no século XVI ao redor de estrutura portuária utilizada para o transporte das riquezas naturais para Portugal, principalmente o açúcar, produto, ao tempo, de altíssimo valor comercial. O Decreto de Abertura dos Portos às Nações, promulgado pelo Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança em 28 de janeiro de 1808, foi um impulso relevante para o aumento das trocas comerciais e conseqüente expansão das atividades portuárias. Ainda em 1815 deram início os primeiros projetos de reforma e atualização da sua estrutura portuária, mas foi com o Plano de Saneamento do Recife (1909-1915), do engenheiro Saturnino de Brito, e o Novo Projeto de Melhoramentos do Porto (1909-1925), responsável pela ampliação e melhoramento das atividades portuária e reforma do núcleo central do Bairro do Recife (MOREIRA, 1995: 789), que puderam ser realizadas as obras necessárias para garantir o crescimento das relações comerciais nacionais e internacionais. Deve-se destacar que o Recife era a maior cidade do nordeste brasileiro, a terceira

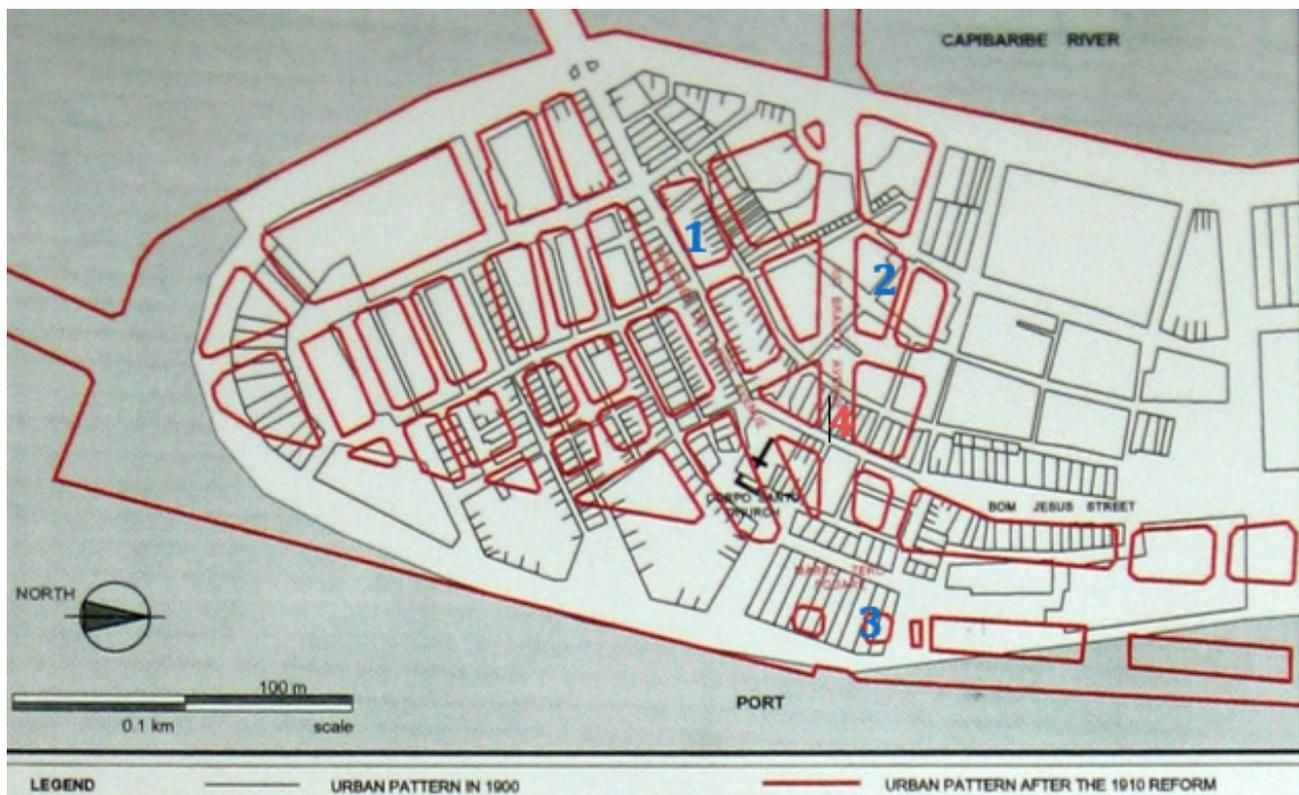


Figura 1 | Sobreposição do Mapa do Novo Plano Urbanístico para o Bairro do Recife (em vermelho) sobre o mapa de Douglas Fox de 1906 (JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 13). Legenda: 1. Avenida Marquês de Olinda; 2. Avenida Rio Branco; 3. Praça Barão do Rio Branco; 4. Banco do Recife, depois Edifício Luciano Costa

do Brasil em população e o seu porto estava entre os três mais importantes do país, juntamente com os portos do Rio de Janeiro e de Santos. A modernização da estrutura portuária brasileira era estratégica para dar vazão a emergente indústria nacional e a crescente produção agrícola. Sendo o principal porto regional, fazia-se necessário melhorar suas condições de operação, notadamente com a industrialização da produção açucareira, com a construção das primeiras usinas, e a produção algodoeira e têxtil.

Cátia Lubambo (1991), em seu importante estudo sobre as obras de remodelação do Bairro do Recife, sugere que os objetivos subjacentes à retórica do embelezamento e higienização da cidade e melhoria e modernização da estrutura portuária que fundamentavam os referidos planos estavam associados a “projeto de fortes grupos particulares locais, comerciais e financeiros, unidos a grupos estrangeiros que aqui detinham interesses, destinado a fortalecer-se frente às elites sociais que se consolidavam no poder com a República (LUBAMBO, 1991: p. 20). E complementa: “era necessária, segundo a ótica das elites locais, uma nova imagem para a cidade. Assim, seria possível atrair para a Região, além de investimentos, uma parcela de progresso e modernidade, como a que chegara à Capital Federal” (LUBAMBO, 1991: p. 20).

A construção de uma nova imagem significava substituir suas feições arcaicas, associadas à colonização portuguesa, por uma nova visão de cidade, higiênica e embelezada por *boulevards* bem iluminados e por edificações modernas associadas à tradição *beaux arts*. Fundamentava-se na demolição de parte considerável do núcleo de formação urbana da cidade, inclusive da Matriz do Corpo Santo, construída no mesmo sítio da primeira capela edificada na cidade, ainda no século XVI, dedicada a São Pedro Gonçalves Telmo. A Paris das grandes reformas urbanas planejadas e conduzidas pelo Barão Georges-Eugène Haussmann (JORDAN, 2004; PACCOUD, 2016) foi tomada como referência para compor o tecido de largas vias radiais convergentes para a Praça Barão do Rio Branco, sala de visitas para os visitantes aportados na cidade.

O Plano também significava, ainda segundo a autora, uma “completa reestruturação ambiental e social” (LUBAMBO, 1991: p. 93) do bairro. Redefiniu-se o parcelamento urbano com lotes mais generosos, quando comparados às estreitas parcelas do Recife colonial (Figura 1). Com os escombros das edificações seculares deixaram o bairro uma população residente e um conjunto de atividades inadequadas para a imagem que se pretendia edificar (Figura 2). O solo urbanizado foi valorizado, as normas restritivas quanto ao prazo de construção de novas edificações e a substituição do pequeno comércio e da moradia pelo capital mercantil e financeiro promoveram a elitização do bairro (MOREIRA, 1995: p. 790).



Figura 2 | O Recife Novo visto da Praça Rio Branco. O Banco do Recife é o segundo à direita
Fonte: CEHIBRA/Fundação Joaquim Nabuco-MEC

2.1 O edifício sede do Banco do Recife

É nesse contexto de reformas urbanas, econômicas e sociais que instituições financeiras se instalam no Bairro do Recife, como o Banco Nacional Ultramarino, de Portugal, o *London and River Plate Bank Limited*, da Inglaterra, e o Banco do Recife, este, criado em 1900. Sua sede foi construída em terreno triangular delimitado pela Avenida Central, atual Rio Branco, e pelas ruas do Bom Jesus e Dona Maria César. Não foram identificados registros documentais que pudessem atestar sua autoria, os responsáveis por sua construção, tampouco as datas do projeto e da conclusão das obras. O registro fotográfico mais antigo conhecido que o retrata em obras data de 26 de dezembro de 1912 (ver Figura 3a. e 3b.). Os registros posteriores e, em particular, a fotografia que retrata as fundações do Banco do Recife e a Associação Comercial de Pernambuco, inaugurada em 1915, levam a crer que, a sede do Banco do Recife tenha sido concluída e ocupada a partir de 1916 (JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009).

Sua composição era regida, tanto planimétrica, quanto volumetricamente, pelos princípios da simetria, da ordenação do plano às fachadas, em todas as suas partes constituintes. Seu eixo de simetria (linha vermelha na Figura 4a) é definido pelo prolongamento do maior eixo da elipse que dá forma à base do torreão, eleito como elemento principal de toda a composição, até o centro da fachada da Rua Dona Maria César. É a partir deste eixo principal e dos eixos secundários que ordenam as demais fachadas (linhas amarelas na Figura 4a), que toda a edificação é concebida.

Nas esquinas, o torreão, emoldurado por volumes de base retangular, e dois volumes de base pentagonal enquadram os planos das fachadas. Pelas características formais, dimensão das aberturas e dos balcões projetantes, pode-se presumir que teriam abrigado atividades de relativa importância no contexto do organograma da instituição financeira.



Figura 3 | Edifício Sede do Banco do Recife: construção e conclusão. 3a: Avenida Central (Rio Branco). No canto inferior à direita, as fundações do edifício do Banco do Recife. Data não identificada; 3b: Abertura da Avenida Central (atual Rio Branco). Notar construção das fundações do edifício, à esquerda. 26/12/1912; 3c: Banco do Recife. Data não identificada. Fonte: CEHIBRA/Fundação Joaquim Nabuco-MEC

O acesso principal localizava-se na esquina da Avenida Rio Branco e Rua do Bom Jesus, sob o torreão, sua principal referência formal e de maior visibilidade da Praça Rio Branco, o foco da composição urbana radial. Os seus demais acessos, hierarquicamente inferiores, eram feitos sempre nas esquinas, como corrente em edificações historicistas do século XIX, e no centro da fachada da Rua Dona Maria César, seu acesso de serviço. O pátio central⁷ fornecia a iluminação e ventilação aos ambientes, como também possibilitava a intervisibilidade entre suas três alas.

A edificação possuía três pavimentos, como definido pelo Novo Plano de Melhoramentos do Porto (LUBAMBO, 1991). O pavimento térreo tinha pé-direito de 7,30 metros, o primeiro, 5,15 metros e o terceiro, 4,80 metros, como apontado no projeto de reforma submetido para aprovação nos órgãos municipais por Delfim Amorim.

Do ponto de vista compositivo, a fachada da Rua Dona Maria César era dividida em duas partes compostas por quatro fenestrações de mesma dimensão, cada, tendo ao centro janelas geminadas separadas por pinázios. Arrematam a composição dois volumes de base pentagonal irregular (lados de diferentes dimensões) já referidos, cujas aberturas tornam-se progressivamente maiores, característica de toda a edificação, sendo os pavimentos superiores guarnecidos por balcões. A última delas é encerrada por arco pleno.

As demais fachadas (Avenida Rio Branco e Rua do Bom Jesus) são simétricas, salvo pela presença de ornatos e frisos distintos. O plano central é formado por cinco vãos dotados de balcões. Os volumes que emolduram o plano central das fachadas são arrematados por balcões com balaustradas nos pavimentos superiores, cornija curva sobre medalhão encimada por platibanda mais alta e com detalhes mais geometrizados, como aqueles que encerram a fachada da Rua Dona Maria César. Deve-se notar que as fenestrações destas duas fachadas são maiores e dotadas de maior profusão de adornos e balcões, denotando, por riqueza compositiva, uma lógica hierárquica entre as fachadas.

A unidade do conjunto era conseguida pela aplicação de léxico historicista e estratégias de composição, como por meio do tratamento único do embasamento delimitado por cornija contínua, e composto por frisos reentrantes com certa robustez, com o propósito de transmitir o sentido de solidez

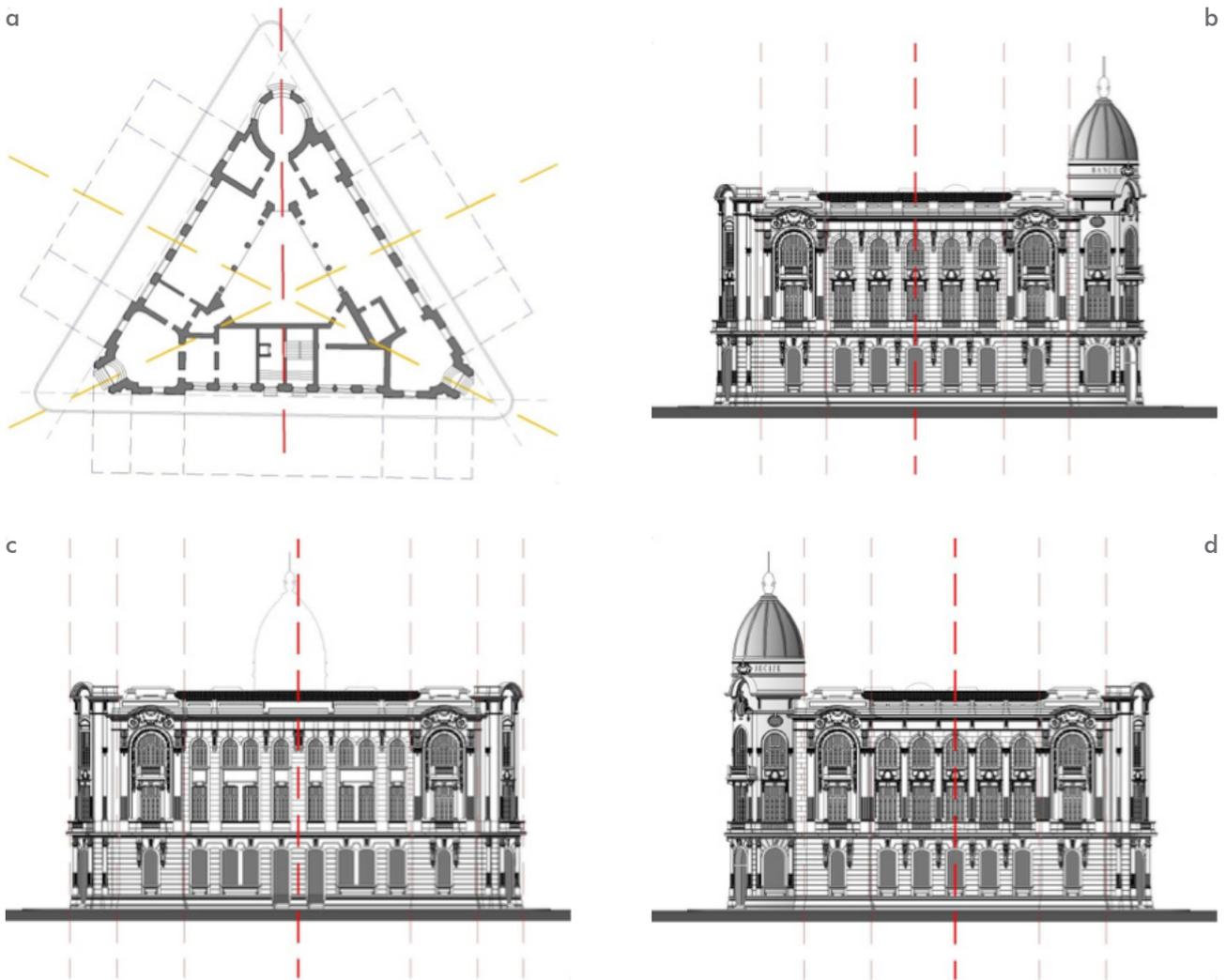


Figura 4 | Planta-baixa do pavimento térreo e fachadas do Banco do Recife. 4a: Planta Baixa do Pavimento Térreo; 4b: Fachada da Rua do Bom Jesus; 4c: Fachada da Rua Dona Maria César; 4d: Fachada da Avenida Rio Branco
Fonte: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009, p. 25-27

à composição que se “aligeira” verticalmente por meio do aumento dos vãos. Contribuem para esta unidade a uniformidade dos tratamentos dos volumes que arrematam as esquinas, como a presença de colunas com caneluras a aproximadamente um terço de sua altura, que suportam mísulas para o suporte dos balcões e o uso de adornos com motivos florais com frutos em medalhões e guirlandas (JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO 2009).

O torreão deve ser observado com maior atenção, não apenas pela cúpula que o encerra, elemento de identidade formal do Novo Recife, mas também pela primazia, singularidade e destreza utilizadas pelo autor do projeto na conjunção de elementos decorativos em toda a composição. O edifício do Banco do Recife, embora não estivesse localizado no primeiro plano do arranjo urbanístico da Praça Barão do Rio Branco teve a maior cúpula e em cota mais elevada do novo conjunto urbano. Como nas edificações mais relevantes ali edificadas, buscava-se adotar um tratamento específico em suas es-

quinas, como uma resposta à forma do lote ou da quadra, do seu papel no cenário urbano, das atividades que os edifícios abrigariam e da habilidade e brilhantismo dos artífices que os conceberam.

Como descrito, a edificação torna-se verticalmente mais delicada e esta característica se desenvolve com maior refino no torreão. De fato, o volume é tratado com certa destreza, em harmonia com as demais partes da edificação, como na continuidade da bossagem e mísulas robustas observadas no pavimento térreo, sem com isso reduzir sua maior relevância na composição. Esta distinção é conferida pela introdução de colunas no pavimento térreo e pela maior presença de balcões com balaústres e vergas retas no primeiro pavimento e menor número de balcões e vergas em arco pleno no segundo. A ordem colossal observada nas pilastras confere unidade aos pavimentos superiores e acentua a verticalidade pretendida. O torreão ascende para além dos limites da cornija que encerra a composição das demais fachadas, com o propósito de



Figura 5 | Adornos do Banco do Recife. 5a: Único capitel que restou, identificado na fachada da Avenida Rio Branco; 5b: Rosto feminino, provavelmente Bona Dea, mãe de Mercúrio, Deusa da fertilidade e da terra, que adorna o fecho do arco da porta principal, no torreão
Fonte: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009, p. 31 e p. 34

acentuar a progressão vertical pretendida. Distingue-se, também, pelos únicos óculos presentes na edificação, que encerram a série de aberturas dos pavimentos inferiores. O óculo central é circular, adornado com motivos florais, enquanto que os laterais são elípticos.

Com a interrupção da referida cornija introduz-se cornijamento próprio, arqueado em harmonia com óculo central, base do tambor cilíndrico da cúpula onde inscreve-se a denominação da edificação - Banco do Recife, acompanhado de medalhão.

A cúpula e seu pináculo encerram o torreão, que sintetiza a maestria com que toda a edificação foi concebida.

2.2 O Edifício Luciano Costa

O edifício sede do Banco do Recife passou a abrigar, em 1927, o Banco Agrícola e Comercial de Pernambuco, como atesta o Guia Turístico do Recife (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1935). Outras empresas o ocuparam, como o Consulado da Grécia (1937), a Linha Sueca do Brasil (1937),



Figura 6 | Banco do Recife. 6a: Rua do Bom Jesus, em direção à Avenida Marquês de Olinda. No centro, Banco Nacional Ultramarino (Atual Folha de Pernambuco). À direita, Banco do Recife. Data não identificada; 6b: Avenida Central (Rio Branco)
Fonte: CEHIBRA/Fundação Joaquim Nabuco - MEC

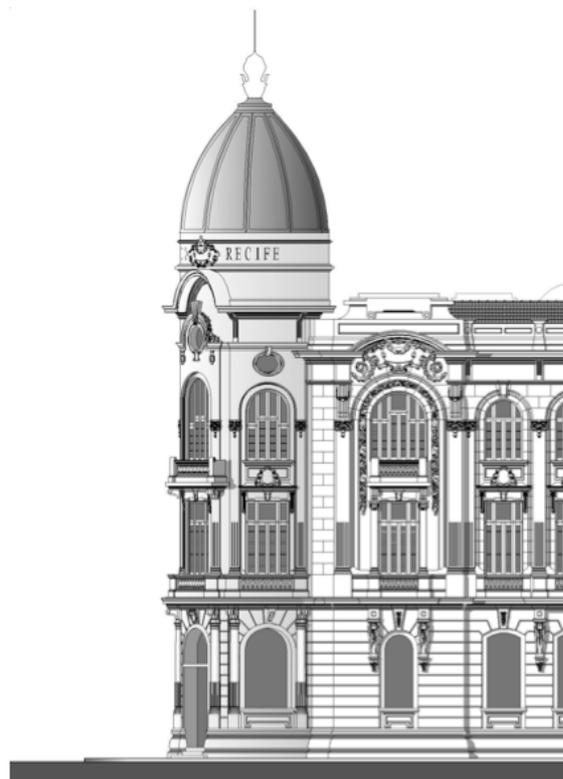


Figura 7 | Torreão e trecho da fachada da Avenida Rio Branco
Fonte: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p 33

a Cia. Brasil River Plate (1937), o Vice-Consulado da Finlândia e a E. A. Guimarães & Cia – Balanças Automáticas Filizola (CORREIA e MELO 2002). Foi adquirido, em 1943, por Luciano Augusto Costa e sua esposa ao Banco do Brasil e doado, em 1949, aos seus filhos.⁸ Entre 1952 e 1960 é ocupado pela Alfândega⁹ (CORREIA e MELO 2002), quando têm início as obras de reforma do imóvel empreendidas por Luciano Costa Júnior. Sabe-se por depoimentos de operários envolvidos nas obras de intervenção,¹⁰ que as condições de conservação do edifício eram lamentáveis, e que, por depoimento de familiares dos proprietários, havia o interesse de transformar o “edifício de gosto eclético de plano compartimentado em um ‘moderno edifício de escritórios’, compatível com a tendência do período e com as demandas da área” (AMORIM, 1999: p. 4). Deveria abrigar lojas no pavimento térreo e grandes salas para escritórios nos demais pavimentos para atender às demandas provenientes das empresas financeiras, de comércio exterior e representação consular (AMORIM, 1999: p. 4).

2.2.1 O Estudo Preliminar

Poucos são os registros documentais sobre o projeto, mas são suficientes para entender-se a gênese da sua concepção e inferir as razões de algumas decisões tomadas pelo arquiteto, sua equipe técnica e o requerente. O primeiro registro conhecido é o seu Estudo Preliminar, que sintetiza em quatro pranchas – plantas, cortes, fachadas e perspectiva, a interpretação do arquiteto das intenções iniciais do requerente. O documento não é datado, presume-se que tenha sido desenvolvido em 1959, ano do Projeto de Arquitetura submetido à análise dos órgãos municipais – 18 de dezembro de 1959.

Este estudo seguiu a premissa de rentabilidade máxima do volume edificado à luz das normas municipais, como as relativas ao pé-direito mínimo exigido e da substituição do léxico historicista pelo moderno. Nenhum traço do edifício original é preservado, salvo suas paredes exteriores e aberturas existentes nos pavimentos superiores. A cúpula e os elementos decorativos das fachadas são removidos, como também todos os pisos e as paredes internas. O pátio é ocupado pelo sistema de circulação vertical e horizontal e sanitários comuns às salas.

A altura útil da edificação, medida da soleira à base da cobertura, é dividida em cinco pisos, sendo o térreo com 4,00m de pé-direito e os demais, com 3,00m. O piso térreo seria destinado a lojas comerciais, todas dotadas de vitrines em ferro e vidro. As aberturas pré-existentes são transformadas em portas de ferro e vidro para o acesso às lojas, salvo as das esquinas da Rua Dona Maria César com a Rua do Bom Jesus e a Avenida Rio Branco, envolvidas por grande vitrine. A bossagem, cercaduras e demais elementos vinculados ao léxico historicista desapa-

recem. As superfícies, lisas, intercalam as portas, no ritmo precedente, interrompido, apenas, pelas linhas horizontais das vitrines que vêm dar continuidade ao plano das fachadas nas respectivas esquinas.

Os pisos superiores formariam salões únicos, podendo ser acessados por duas portas, sugerindo sua divisão em, no mínimo dois conjuntos comerciais. Seriam circundados por balcões contínuos projetados sobre a calçada, a ser construída em concreto armado, e protegida por retícula preenchida por elementos vazados e brise-soleils, supostamente

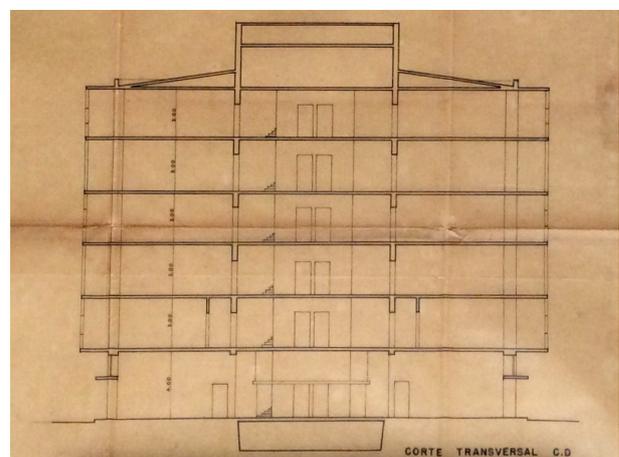
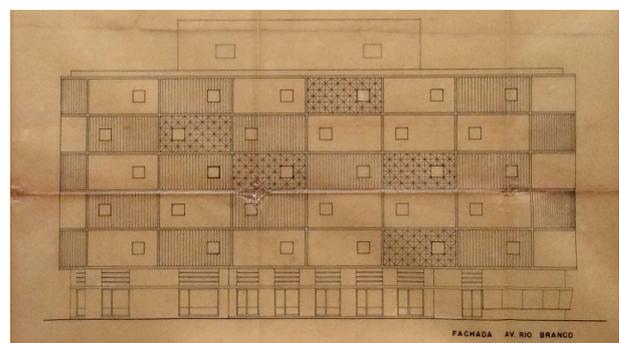
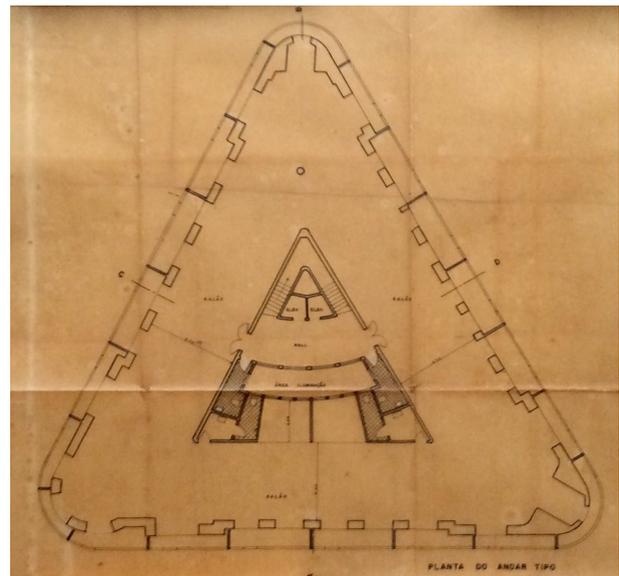


Figura 8 | Estudo Preliminar. 8a: Planta-baixa do pavimento tipo; 8b: Fachada da Avenida Rio Branco; 8c: Corte longitudinal AB
Fonte: Acervo Delfim Amorim

cerâmicos e em concreto armado, respectivamente. Janelas romperiam a continuidade dos elementos de vedação para permitir o debruçar-se sobre a rua.

O piso de cobertura receberia as instalações técnicas da casa de máquinas dos elevadores e o reservatório superior de água, além da casa do zelador, em atendimento às normas municipais vigentes. Constituem volume de coroamento da edificação moderna, em contraposição à cúpula cuja função formal seria a de encerrar o torreão e assim consagrar sua verticalidade e relevância no cenário urbano. A coberta com águas convergentes - a asa de borboleta, epitomiza a linguagem moderna adotada (AMORIM, 1994).

Como pode ser observado (Figura 8), os vãos da malha não são totalmente preenchidos nas fachadas que compõe o Estudo Preliminar, uma prática de simplificação do registro gráfico de ideias que o arquiteto adotava em alguns estudos e mesmo projetos desde o início da sua atividade profissional, em Portugal. É evidente, porém, que imaginava a utilização de elementos vazados e *brise-soleils* verticais, como uma variação sobre o tema da emblemática fachada do conjunto de edifícios habitacionais do Parque Guinle (1948 - 1954), projetado pelo arquiteto Lúcio Costa (MINDLIN, 1999 [1956]; BRUAND, 1981; COSTA, 1995). Neste, uma malha reticulada é preenchida por tipos de elementos vazados e *brise-soleils* verticais, de acordo com os ambientes por eles protegidos. Aberturas quadradas menores são inseridas no centro dos planos de elementos vazados e outras maiores, são inseridas no quadrante superior das superfícies de *brise-soleils*.

A perspectiva (Figura 11) que acompanha o Estudo Preliminar deixa evidente as intenções do arquiteto, ao utilizar a mesma estratégia compositiva, porém, livre dos requisitos de maior ou menor privacidade dos apartamentos do Parque Guinle, sente-se à vontade para distribuir mais livremente os elementos de fechamento. Dispõe alternadamente elementos vazados e *brise-soleils* em cada faixa horizontal da retícula, deslocando-a nas faixas subsequentes, de modo a envolver toda e qualquer superfície da malha por fechamentos distintos daquela que a preenche.

Como em um exercício gestaltiano,¹¹ perceber-se-iam linhas contínuas de materiais alternados que, quando vistos na totalidade revelariam o descrito envolvimento de superfícies gerados por malhas de linhas diagonais de materiais de mesma natureza (Figura 9). Deve-se destacar que, apesar da incompletude da representação das fachadas, na perspectiva há um único vão preenchido por elemento vazado distinto dos demais, levando a crer que tinha a intenção de torna-las mais ricas e dinâmicas, como, de fato, o fará no Projeto Arquitetônico.



Figura 9 | Edifício Santa Rita
Foto: Luiz Amorim

As fenestrações são inseridas segundo alternância das suas posições em cada faixa horizontal, seja na metade esquerda ou direita. Desta forma, as aberturas nunca coincidem na mesma posição quando observadas por faixa vertical, adicionando outra alternância rítmica à já dinâmica composição, harmonizada pela retícula que enquadra todos os planos de fechamento. Este mesmo dinamismo, digamos, controlado, será utilizado pelo arquiteto em outros imóveis, como o Edifício Santa Rita (1962) e o Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco - IMIP (1962) (Figura 9).

Os balcões contínuos protegidos pelas superfícies de elementos vazados, configurando um *quasi* muxarabi¹² moderno, associadas às superfícies envidraçadas do pavimento térreo revelam o esforço do arquiteto de suprimir quaisquer reminiscências do ecletismo, principalmente no que se refere à reversão da opacidade inerente à matéria predominante – as alvenarias adornadas, em transparência. De fato, o que a proposta procura emular é a transparência, quando não a total supressão, da matéria e a consequente continuidade entre espaços interiores e entre estes e o exterior, exercício moderno por excelência, apesar dos elementos vazados permitirem desvelar a dimensão, proporção e o ritmo das fenestrações remanescentes do Banco do Recife.

Com o mesmo objetivo, a verticalidade precedente, enfatizada pelos volumes que arrematavam suas esquinhas e pelas colunas e pilastras em ordem colossal, é substituída por uma predominância horizontal. Esta é definida pela laje contínua que arremata as vitrines, pela proporção da malha que a compõe, cujos módulos retangulares são proporcionados em duplo quadrado, como também pela continuidade das linhas de arremate superior e inferior do referido muxarabi.

Em síntese, a proposta opõe-se frontalmente ao princípio compositivo precedente que partia da rusticidade do pavimento térreo, inclusive para demonstrar maior solidez da construção, para maior

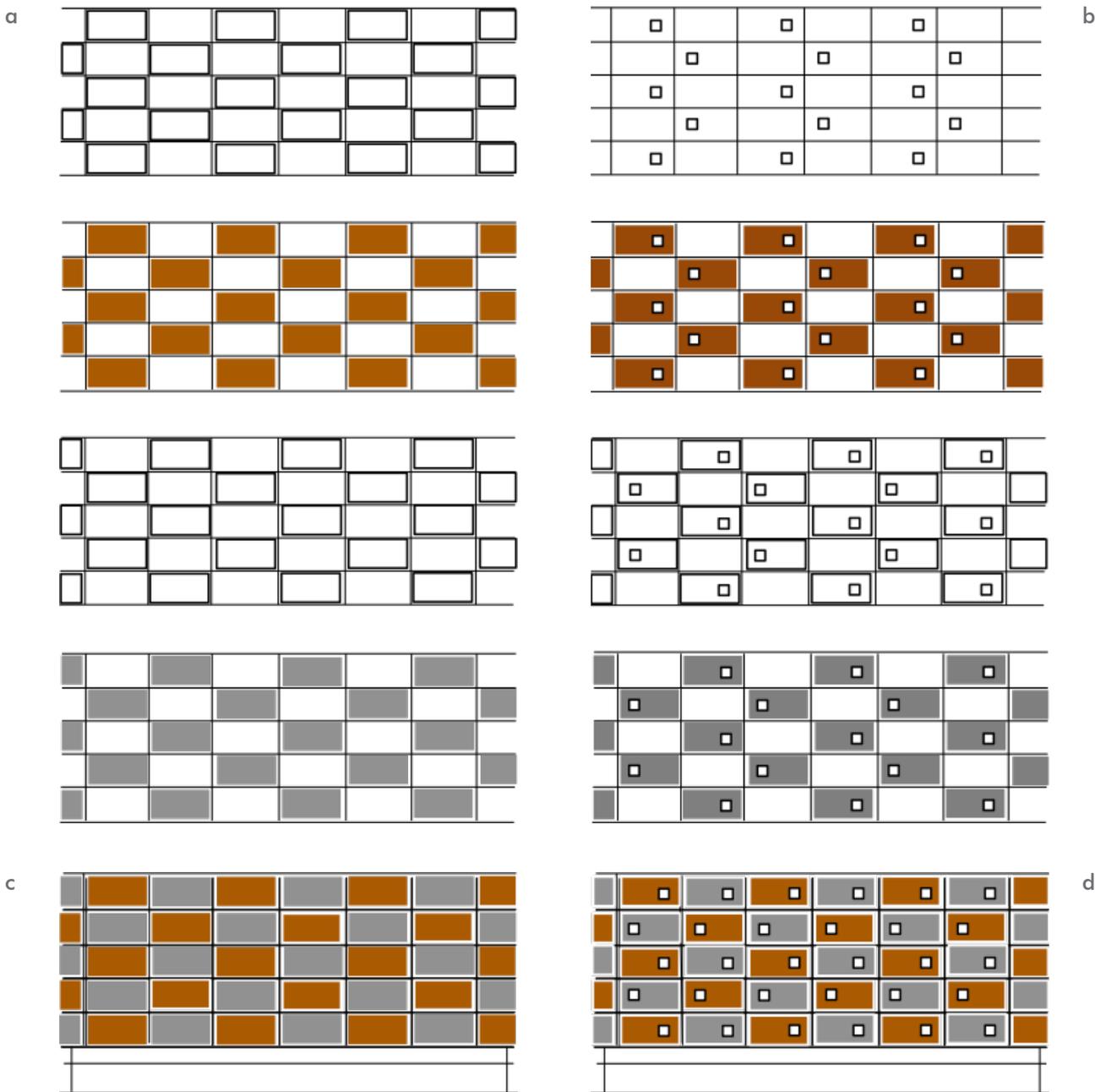


Figura 10 | Estudo Preliminar: Diagrama da composição da fachada da Avenida Rio Branco. 10a: Malha e preenchimento com elemento vazado cerâmico e brise-soleil vertical; 10b: Inserção de aberturas; 10c: Fachada sem a inserção das aberturas; 10c: Fachada com a inserção das aberturas

delicadeza nos detalhes e dimensão dos vãos nos pavimentos subsequentes. Amorim inverte esta lógica ao impor maior transparência no térreo, evidentemente associada à própria natureza da atividade que se pretendia destinar, e simula, como consequência, a sensação de um bloco horizontal elevado numa das principais avenidas do bairro eclético recifense *par excellence*.

2.2.2 O Projeto de Arquitetura

Se o Estudo Preliminar é um ensaio sobre a modernização radical de imóveis, o Projeto de Arquitetura¹³ que o segue é um exercício de adequação do



Figura 11 | Estudo Preliminar: Perspectiva
Fonte: Acervo Delfim Fernandes Amorim

idealizado para o realizável, evidente por um conjunto de ajustes que reduzem o nível de intervenção no imóvel. É possível que o Estudo Preliminar tenha sido feito sem que o arquiteto, técnicos e proprietários tenham se apropriado das reais características do edifício e das suas condições de ocupação, como também do custo e tempo de execução.

O programa arquitetônico é mantido, ajustando-o a quatro unidades comerciais no térreo e quatro escritórios nos três pavimentos superiores, todas com unidades sanitárias. O primeiro deles, a sobreloja, é criado pelo aproveitamento do pé-direito de 7,50m do pavimento térreo original, como no Estudo Preliminar. Os pavimentos superiores correspondem aos do Banco do Recife. O piso de serviços é mantido com algumas alterações segundo a nova configuração do sistema de circulação vertical. As paredes externas e colunas e paredes limites do pátio são aproveitadas, mas as interiores, as que expressavam a lógica da estrutura social precedente – a financeira, são demolidas para flexibilizar a ocupação dos ambientes às atividades comerciais e de serviços.

O Projeto de Arquitetura não oferece muitos detalhes quanto ao grau de alteração na fachada pré-existente, mas fica evidente o interesse de alterá-la, seja pela regularização de algumas de suas superfícies (como nas esquinas da rua Dona Maria César com as avenidas Rio Branco e Madre de Deus), pela modificação das cercaduras de portas e janelas ajustando-as, quando necessário, à modulação da malha da fachada, e pela demolição de alguns balcões que romperiam a superfície de elementos vazados. A única seção a compor o projeto não representa o tratamento epidérmico do Banco do Recife, levando-se a crer que a intenção do arquiteto seria remover todos os elementos associados ao léxico historicista da fachada.

O muxarabi é mantido como solução de modernização do imóvel, porém a diferença das alturas dos pavimentos superiores, respectivamente, 3,00, 5,15 e 4,80 metros, definiria uma malha irregular. O arquiteto adota a altura do primeiro piso como padrão, adequando as alturas de verga e peitoril dos pavimentos subsequentes, denotando a existência de quatro pisos (figuras 12 e 13). O acesso ao balcão torna-se apenas possível no primeiro pavimento. Toma-se, assim, o primeiro passo para dissociar a superfície de elementos vazados da forma e do espaço constituintes da edificação.

O número de vãos que constituem a malha também é alterado, passando de seis para cinco em cada fachada, possivelmente para ajustar-se às aberturas existentes e à necessidade de ancorar os elementos de sustentação do balcão nas paredes externas. Como consequência, os vãos passam de uma proporção de 1x2 para 1x2,3. As aberturas ajustam-se ao novo dimensionamento, passando de quadrada

para retangular, mas dispostas da mesma forma como observado no Estudo Preliminar. Estas alterações contribuem para acentuar a horizontalidade da composição.

Os elementos formais das duas propostas são os mesmos – o prisma de base triangular, o painel de elementos vazados e *brise-soleils*, o balcão, a marquise, as fenestraçãoes do piso térreo e o volume composto das unidades de serviço, porém o arranjo compositivo é alterado. O prisma, volume original do Banco do Recife, passa a ter um número menor

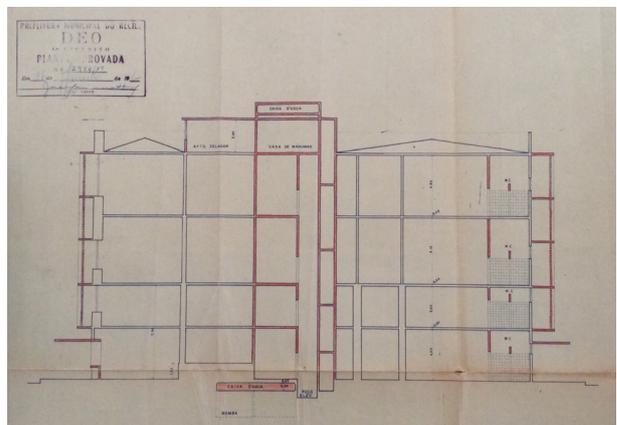
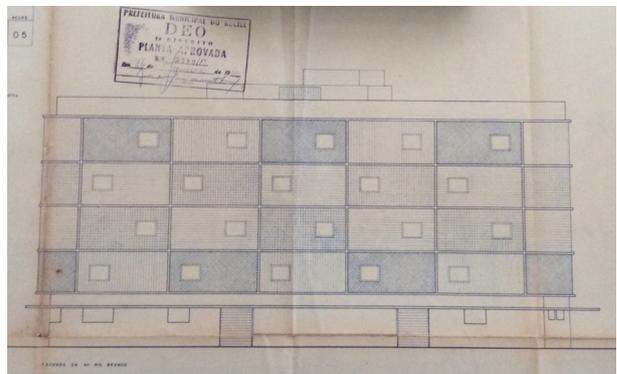
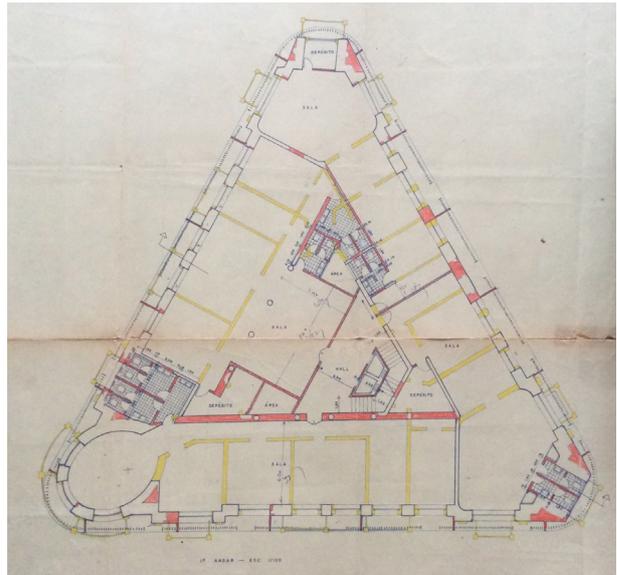


Figura 12 | Projeto de Arquitetura. 12a: Planta-baixa do primeiro pavimento; 12b: Fachada da Avenida Rio Branco; 12c: Corte
Fonte: Acervo Delfim Amorim

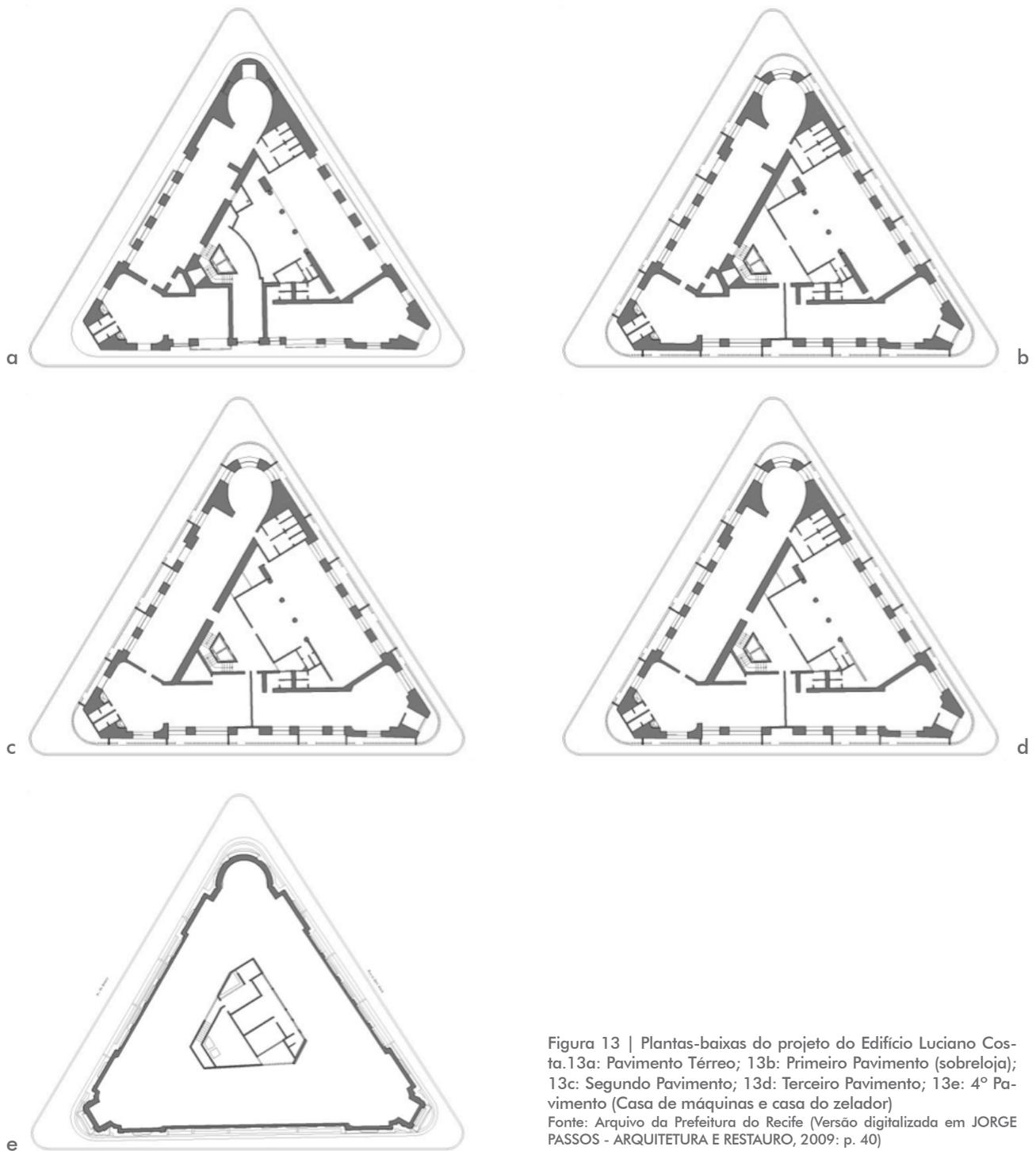


Figura 13 | Plantas-baixas do projeto do Edifício Luciano Costa. 13a: Pavimento Térreo; 13b: Primeiro Pavimento (sobrelója); 13c: Segundo Pavimento; 13d: Terceiro Pavimento; 13e: 4º Pavimento (Casa de máquinas e casa do zelador)
Fonte: Arquivo da Prefeitura do Recife (Versão digitalizada em JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 40)

de aberturas no pavimento térreo, sejam portas ou janelas. A marquise, antes limitada ao ordenamento compositivo do piso térreo, separando o plano das vitrines e portas de acesso às lojas e ao interior da edificação da faixa de janelas superiores, ganha maior autonomia, projetando-se três metros sobre as calçadas circundantes, passando a separar o piso térreo do balcão.

A superfície de elementos vazados, que no Estudo Preliminar era definida por uma malha de cinco planos sobrepostos, é reduzida a quatro, dissimulando

a existência de apenas três pisos no interior da edificação. A superfície torna-se, portanto, um dispositivo arquitetônico cujo propósito principal é o de simular a edificação idealizada no Estudo Preliminar. Para tanto, a altura da malha limitada aos três metros parece ter sido chave para imitar os pés-direitos típicos dos edifícios empresariais modernos e, conseqüentemente, afastar-se daqueles encontrados nas edificações ecléticas do Bairro do Recife.

A diversidade de elementos de vedação apenas anunciada no Estudo Preliminar é resolvida com

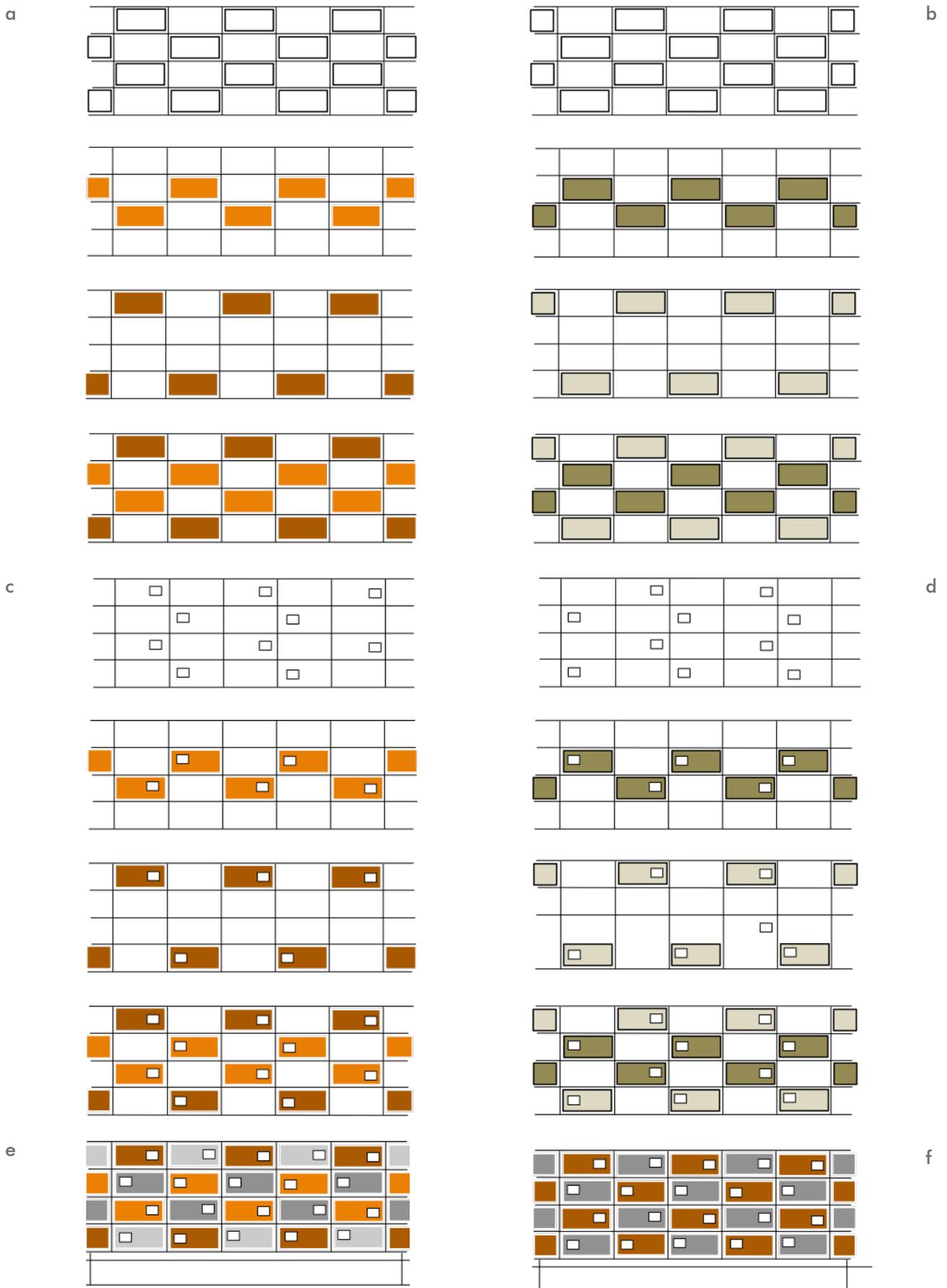


Figura 14 | Estudo Preliminar: Diagrama da composição da fachada da Avenida Rio Branco. 14a: Malha e preenchimento com dois tipos de elementos vazados cerâmicos; 14b: Malha e preenchimento com brise-soleils verticais e horizontais; 14c: Inserção de aberturas; 14d: Inserção de aberturas; 14e: Fachada com a inserção das aberturas; 14f: Fachada com a inserção das aberturas e representação dos fechamentos por tipo de material.

sofisticação, utilizando-se de dois tipos de elementos vazados cerâmicos e de brise-soleils verticais e horizontais, dispostos alternadamente segundo as mesmas linhas diagonais. Resultam na disposição de brise-soleils verticais nas extremidades da malha e horizontais, ao centro, o mesmo ocorrendo com os elementos vazados (Figura 13). Obtém-se uma superfície que oferece múltiplas leituras.

Cabe salientar a modificação do volume de serviços, que deixa de apresentar cobertas com inclinações convergentes.

2.2.3 O edifício construído

O edifício construído apresenta alterações quando comparado ao projeto aprovado, algumas que conferiram ao imóvel a notoriedade que obteve no meio profissional e acadêmico. No seu interior, observa-se o redimensionamento da caixa de elevadores e a alteração do seu vestíbulo, agora rebaixado para o nível da calçada, ampliado e adoçado com a introdução de painel azulejar de autoria do arquiteto, afixado em parede curva previamente inexistente.

A mais relevante alteração, porém, encontra-se no painel de elementos vazados e na fachada do edifício sede do Banco do Recife. Contrariamente ao proposto tanto no Estudo Preliminar, quanto no Projeto de Arquitetura, a fachada é mantida em todas as suas partes, excetuando-se os elementos compositivos e balcões removidos pela necessidade de ancoragem das vigas de sustentação do “véu de noiva”.¹⁴ O cálculo estrutural de autoria do engenheiro Humberto Baltar deve ter definido a substituição das lajes previstas por vigas e o redimensionamento dos elementos estruturais, ironicamente submetido ao ritmo de distribuição das aberturas existentes (Figuras 14a e 15). Como consequência, tem-se uma malha com maior número de vãos verticais de distintas dimensões, o que leva Amorim a interromper as linhas verticais da malha para garantir, com as vigas contínuas, a horizontalidade desejada. Complementarmente, a altura das vigas superior e inferior é aumentada prestando-se como demarcação dos contornos de uma superfície de elementos vazados independente da edificação, como se fora uma gelosia¹⁵ de concreto armado revestida por azulejos verdes e elementos cerâmicos.

Dessa forma, a decisão por reduzir o grau de intervenção no imóvel definiu outra abordagem para o tratamento volumétrico da edificação, tanto no sentido estrutural, quanto compositivo. Esta nova abordagem, denominada como apositiva (AMORIM, 1994; 1999), tomou como pressuposto a manutenção da película de elementos vazados sobreposta à fachada existente para garantir unidade formal à composição moderna, sem o acesso ao espaço criado entre as duas fachadas – a moderna e a eclética. Se a malha perde em regularidade, a utilização de



Figura 15 | Edifício Luciano Costa, 1982. 15a: Esquina Avenida Rio Branco e Rua do Bom Jesus; 15b: Acesso; 15c: Entre fachadas; 15d: Painel de azulejos

Fotos: Luiz Amorim (15a, 15b, 15c); Pamella Clericuzzi, 2017 (15d)



Figura 16 | Edifício Luciano Costa: Malha e janelas: detalhes da fachada da Rua Dona Maria César, em 2007
Fotos: Luiz Amorim

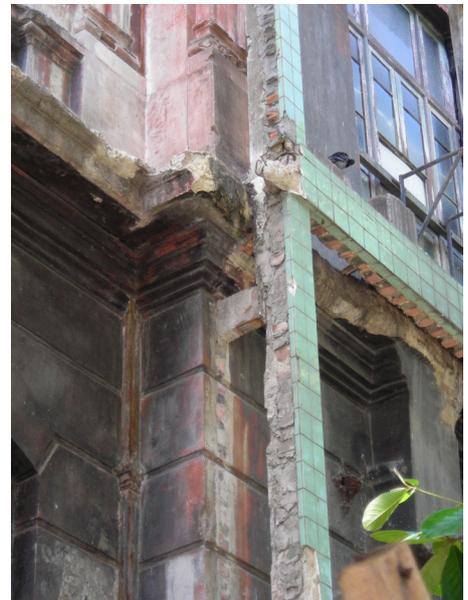


Figura 17 | Edifício Luciano Costa: Estrutura de suporte, durante obras de remoção da superfície de elementos vazados em 2007. 17a: Detalhe da fachada da Avenida Rio Branco; 17b: Detalhe da fachada da Avenida Rio Branco; 17c: Detalhe da fachada da Rua do Bom Jesus; 17d: Detalhe da esquina ruas Dona Maria César e do Bom Jesus
Fotos: Luiz Amorim

um único elemento vazado cerâmico vem garantir maior homogeneidade à superfície. O deslocamento horizontal das fenestrações é substituído por deslocamentos verticais, possivelmente pela redução do tamanho da malha e conseqüente redução do efeito rítmico desejado. O deslocamento sincopado entre faixas verticais adjacentes produz efeito rítmico mais aligeirado do que previsto no Estudo Preliminar e no Projeto de Arquitetura (Figura 17).

É com tais características que o edifício Luciano Costa se fez presente na paisagem urbana do Bairro do Recife e tornou-se tema constante de debates acerca das intenções do arquiteto, afinal de contas, a glosia seria um elemento protetor da edificação eclética ou apenas uma operação prática de remodelação do edifício com fins exclusivamente comerciais? Geraldo Gomes da Silva (1994), em seu artigo *Delfim Amorim - Documento*, concorda com a última hipótese. Segundo ele, "o véu de noiva"... se justificaria simplesmente como uma prática visando a redução de custos da obra" (SILVA, 1994: 79) e fundamenta a improbabilidade de uma postura conservadora

do arquiteto ao referir-se às obras em que o arquiteto utilizou uma linguagem plástica que "ignorava o contexto tipológico onde seria inserido". Conclui seu artigo afirmando que o arquiteto "incorporou e transmitiu, com admirável coerência, o espírito modernista de estética das cidades", que segundo ele pode ser identificada por sua "evidente marca iconoclasta" (SILVA, 1994: 79).

O desenvolvimento do projeto faz crer que suas feições finais resultaram de uma progressiva redução do grau de intervenção no imóvel, muito possivelmente por questões orçamentárias. Inicia por remover todo e qualquer traço de originalidade estilística, por assim dizer, do Banco do Recife, numa postura *substitutiva* (AMORIM, 1994; 1999), depois considera introdução de elementos exógenos ao léxico historicista, numa postura *apositiva*, vindo a constituir uma estrutura híbrida, pois Delfim Amorim "deixa latente na edificação dois tipos de espaços: o eclético transformado e o moderno idealizado" (AMORIM, 1999: p. 8).

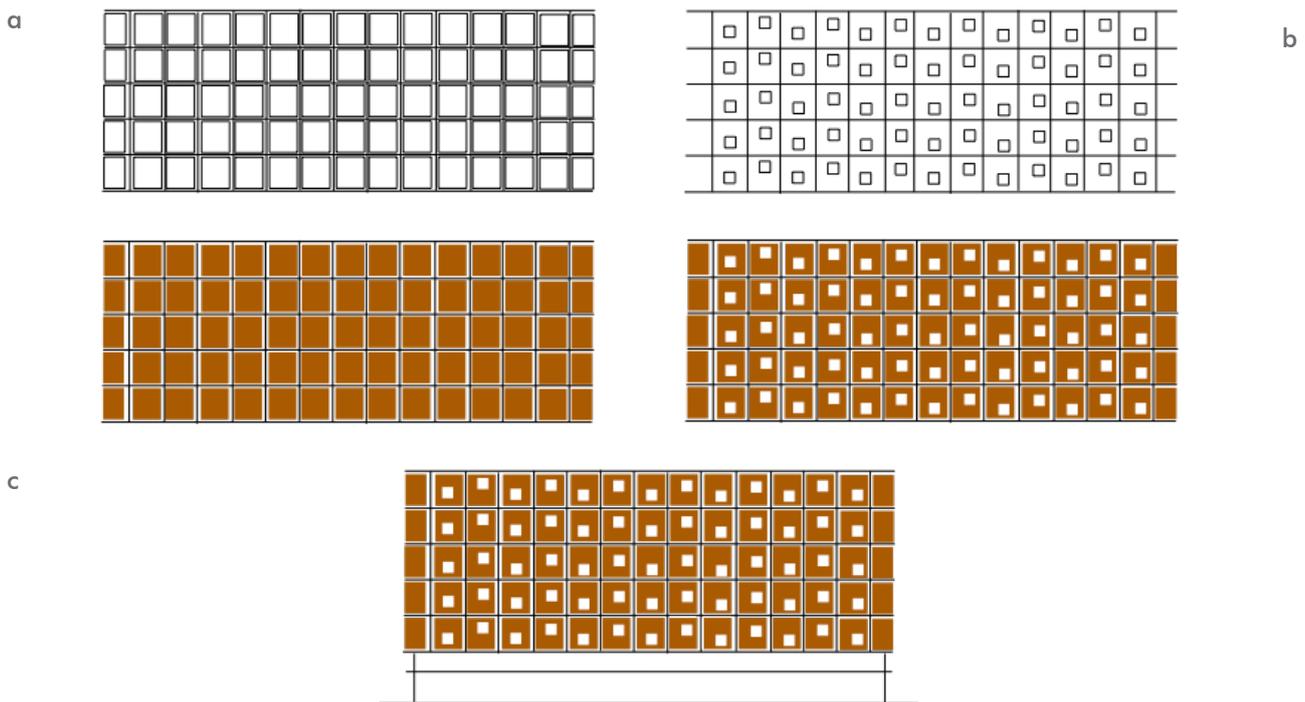


Figura 18 | Obra construída: Diagrama da composição da fachada da Avenida Rio Branco. 18a: Malha e preenchimento com elementos vazados cerâmicos; 18b: Inserção de aberturas



Figura 19 | Diagrama da composição da fachada da Avenida Rio Branco: 19a: Estudo Preliminar; 19b: Projeto arquitetônico; 19c: Obra construída

3. Uma proposta de preservação do Edifício Luciano Costa

O interesse dos proprietários provinha do aquecimento do mercado rentista, promovido pelo Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (ZANCHETTI, 1995; ZANCHETTI; LACERDA, 1999) e a criação e progressiva implantação do parque tecnológico Porto Digital no Bairro do Recife a partir de 2000. No contexto destas ações, foi promovido um conjunto de ações públicas e privadas, segundo os princípios da conservação integrada (ZANCHETTI, 1999; 2002). Promovia-se, por meio do poder público, o planejamento e a gestão da área urbana, como também a realização de obras de restauro e reforma de imóveis de propriedade municipal, recuperação e restauro de calçadas públicas e a pintura das fachadas dos imóveis, por meio de projeto feito em parceria com empresa produtora de tintas (LACERDA, 2007; VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2008). Por outro lado, proprietários de imóveis e empresas interessadas de se instalarem no recém-criado parque tecnológico, estimulados por benefícios fiscais, também promoveram melhorias nos imóveis. Em conjunto, estas ações aumentaram o nível de urbanidade do Bairro do Recife, transformando o decadente bairro portuário em zona de intensa atividade de serviços, comércio e lazer.

O Edifício Luciano Costa contava com sua ocupação plena e seus proprietários multiplicavam sua área útil pela inclusão de mezaninos no segundo e terceiro pavimentos e progressiva atualização da rede de infraestrutura, porém as condições de conservação das fachadas, contribuíam para consolidar uma imagem negativa ao edifício. Se inicialmente os proprietários eram favoráveis à remoção da superfície de elementos vazados cerâmicos (CABRAL, 2010), vislumbrava-se, agora, investir na imagem emblemáti-

ca da obra ímpar de Delfim Amorim para consolidá-lo como objeto único no bairro eclético, aceitando os argumentos defendidos por Luiz Amorim (1994; 1999; 2000a; 2000b). Uma equipe de profissionais¹⁶ foi reunida, em 2003, a partir do convite de uma das proprietárias do imóvel, a arquiteta e urbanista Cynthia Cabral da Costa, com o intuito de desenvolver projeto de restauro do Edifício Luciano Costa.

Antes do desenvolvimento de um projeto de restauro, a equipe técnica fez uma apresentação dos princípios de intervenção a serem adotados ao Grupo Técnico de Trabalho – constituído pela 5ª Superintendência Regional do IPHAN (5ª SR-IPHAN), Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), 1ª Regional da Diretoria de Controle Urbano da Prefeitura do Recife, pelo Departamento de Preservação de Sítios Históricos da Empresa de Urbanização do Recife (DPSH-URB-Recife) e Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (ERBR). Partia-se do pressuposto imperativo de manter o caráter híbrido da edificação, portanto, de preservar a intervenção do arquiteto Delfim Amorim, garantindo-se a integridade e originalidade de todas as suas partes, particularmente no que se refere ao “véu de noiva” e aos espaços de acesso e circulação vertical; como também, a fachada eclética, que deveria ser restaurada, observando-se a interferência dos elementos estruturais de suporte da superfície de elementos vazados, e pintada em cor clara, para torná-la mais visível através dos elementos vazados. Finalmente, considerou-se que toda e qualquer introdução de elementos estranhos aos léxicos eclético e moderno deveriam espelhar as práticas contemporâneas, conforme Brandi ((2008[1966])) e as recomendações das cartas de Veneza(1964) e de Burra (1980). Estabeleceu-se que o metal seria a expressão desta nova linguagem contemporânea (AMORIM; TOLEDO; COSTA, 2003).



Figura 20 | Edifício Luciano Costa:, situação em 2003
Fotos: Luiz Amorim

A proposta mais controversa, considerando-se que a manutenção da intervenção moderna seria aceitável, era a ampliação da área útil do piso de cobertura, cuja venda amortizaria os custos da obra.¹⁷ Foram apresentados os limites aceitáveis desta ampliação, quanto à altura e a área ocupada, segundo a visibilidade do novo objeto a partir dos espaços públicos e o diálogo com as arquiteturas precedentes – a eclética e a moderna.¹⁸ Seguir-se-iam as orientações da Carta de Veneza quanto à adequação da construção de acréscimos: “Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente”. (Carta de Veneza 1964).

Três hipóteses foram apresentadas à apreciação do Colegiado (Figura 20). A primeira seguiria os limites precisos da linha de cumeeira e a altura máxima prevista de forma a gerar volume prismático de base triangular, cuja estrutura de suporte, elementos de vedação e coberta seriam metálicos, circundado por terraço. A segunda atenderia aos mesmos condicionantes, no entanto, propunha a reconstrução interpretativa em metal do tambor e da cúpula do torreão que tanto caracterizara o edifício sede do Banco do Recife. Considerava-se a retirada de elementos vazados que o envolviam evidenciá-lo, pro-

posta defendida por alguns técnicos dos órgãos de preservação que compunham o Colegiado. A terceira proposta, considerava uma maior ocupação do piso de cobertura, rompendo os limites pré-estabelecidos e uma expressão arquitetônica de absoluto contraste (GRACIA, 1992) com as lógicas compositivas precedentes.

Longe de constituírem soluções arquitetônicas precisas, as hipóteses pretendiam definir os limites para uma nova construção na cobertura do imóvel. Foram realizados diversos ensaios volumétricos, formais e técnicos, como a simulação da iluminação da fachada eclética para avaliar-se a eficiência do efeito cenográfico pretendido, cujo objetivo seria ritualizar a transição do dia para a noite pela revelação plena da fachada eclética.¹⁹ O ensaio foi realizado em trecho da fachada da Rua Maria César que apresentava maior grau de integridade dentre as fachadas. O trecho escolhido corresponde ao eixo da Rua Álvares Cabral foi caiado na cor branca e refletores foram instalados provisoriamente entre as duas fachadas.

O ensaio demonstrou (Figura 22) que um projeto luminotécnico criaria o efeito desejado, que permitiria a apreciação diacrônica das arquiteturas: ao longo do dia, a predominância da intervenção moderna, e durante a noite, quando a fachada moderna

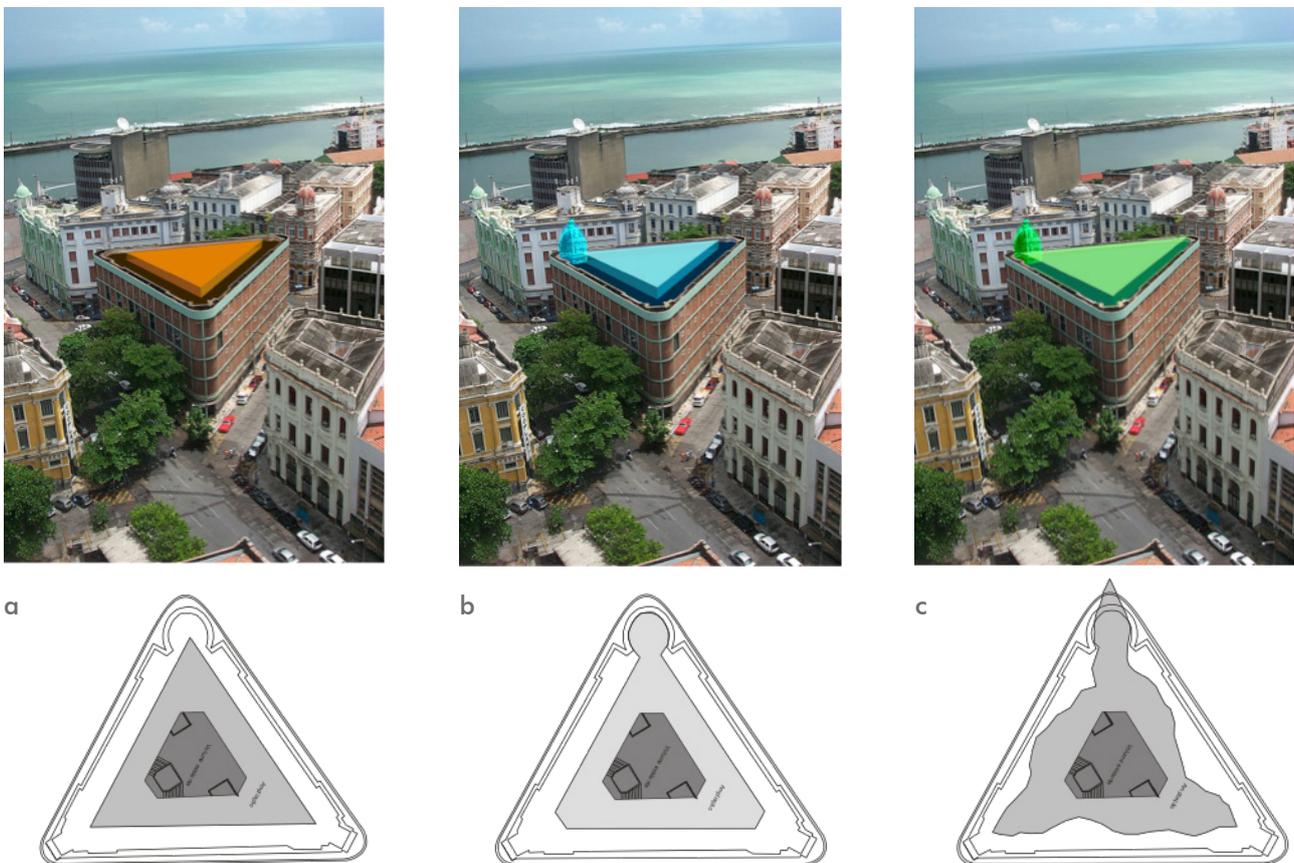


Figura 21 | Propostas de intervenção. 21a: Solução 1; 21b: Solução 2; 21c: Solução 3
Fonte: AMORIM; TOLEDO; COSTA: 2003

tornar-se-ia uma película negativa a emoldurar os elementos de arquitetura eclética. Se devidamente divulgada, a transição entre as duas arquiteturas poder-se-ia tornar um evento de interesse turístico e motivo para levar ao grande público as complexas questões da conservação de bens patrimoniais.

A apresentação ao Grupo de Trabalho gerou um rico debate, sem, porém, encontrar-se uma unanimidade entre os pares. Alguns foram plenamente favoráveis à manutenção e restauro da intervenção moderna, bem como à ampliação da área edificada na cobertura, enquanto que outros defendiam sua remoção e o restauro da edificação em suas feições ecléticas, portanto, contrários à ampliação da área construída. Foi solicitada a submissão de documento síntese das ideias apresentadas para julgamento formal por parte do Grupo de Trabalho, devidamente protocolado em 8 de março de 2004 na 5ª SR-IPHAN. Seu julgamento, em reunião do Grupo de Trabalho realizada no dia 12 de abril do mesmo ano, evidenciou as posições conflitantes ouvidas na apresentação das propostas, chegando-se a um impasse (CABRAL, 2010).

As tratativas para viabilizar o restauro do Edifício Luciano Costa foram interrompidas com o desabamento da laje, a condenação da estrutura de concreto armado e a mudança da posição dos proprietários que, em vista da fragilidade estrutural apontada, decidiram por sua remoção, autorizada ainda em setembro de 1999 por parecer da 5ª SR-IPHAN. Em 22 de novembro de 2006 foi autorizada a demolição da superfície de elementos vazados pela mesma superintendência.

4. Projeto de restauro da sede do Banco do Recife

Na edição de domingo do Jornal do Comércio de 16 de setembro de 2007 noticia-se a conclusão das obras de remoção da fachada moderna, iniciada sete meses antes, como notificado por uma das proprietárias, Marta Costa de Rooy. Dá-se a saber que “o edifício Luciano Costa, no Bairro do Recife, que era coberto por uma cortina de combogós, terá fachadas lavadas e pintadas de branco” e que o arquiteto Jorge Passos²⁰ será o responsável pelo “projeto de restauro da fachada”, o que de fato veio a

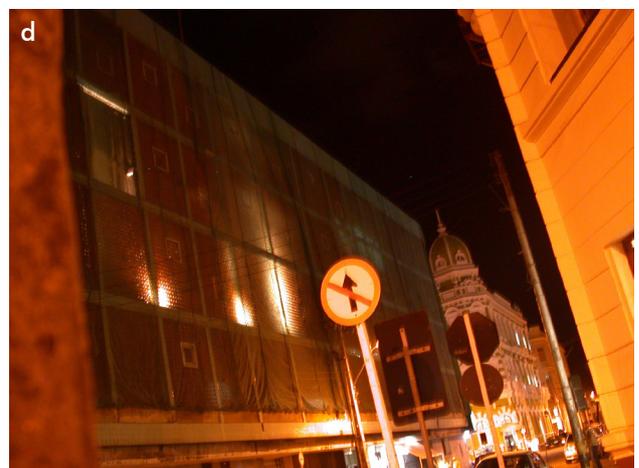
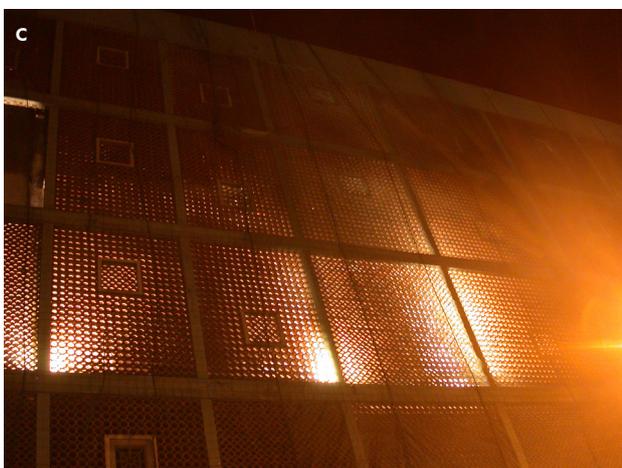
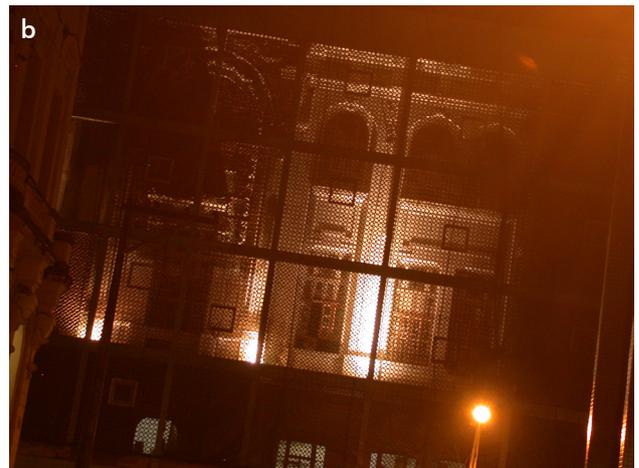


Figura 22 | Teste iluminação. 22a: Vista da Rua Álvares Cabral; 22b: Rua Álvares Cabral; 22c: Vista da Rua Álvares Cabral; 22d: Vista da Rua Álvares Cabral
Fotos: Luiz Amorim

ocorrer, apesar das obras de restauro do térreo não terem sido concluídas.

O arquiteto e equipe técnica²¹ tomaram como pressuposto o restauro, quando possível, das feições originais do edifício sede do Banco do Recife. Considerou, como nos estudos iniciais de restauro do edifício Luciano Costa, a ocupação do piso de cobertura, como alternativa de capitalização por meio da ampliação da área rentável. Fundamentou-se em Boito

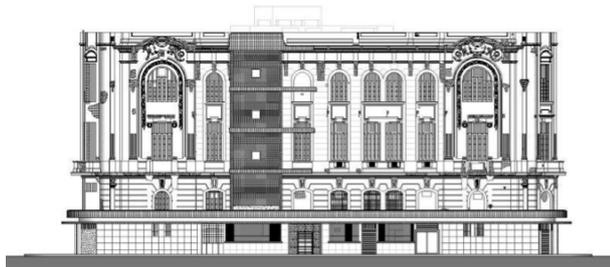


Figura 23 | Mapa de danos: Fachada da Rua Dona Maria César
Fotos: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 50

(2008[1884]) e Brandi (2008[1966]) e nas Cartas Patrimoniais (Atenas, 1931; Atenas, 1933; Veneza, 1964; Quito, 1967; e Burra, 1980) para estabelecer as diretrizes de intervenção (JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009). Considerou-se a necessidade de manter testemunhos da intervenção de Amorim, como forma de revelar os distintos momentos pelos quais a edificação passara, o que significaria manter um segmento da película de elementos vazados ainda existente. (Figura 23).

No entanto, as recomendações da 5ª SR-IPHAN para a eliminação total de elementos modernos das fachadas, com a plena concordância e desejo dos proprietários, fizeram com que o projeto priorizasse a retomada das características primitivas de gosto eclético.²² Para tanto, seria necessário remover o único remanescente da fachada moderna (fragmento na fachada da Rua Dona Maria César), bem como a marquise e os elementos que ainda hoje compõem o pavimento térreo, como vitrines e revestimento em mármore, para, conseqüentemente, obter-se uma apreciação harmônica do edifício eclético.

A remoção da estrutura de concreto armado revelou inúmeras lacunas nos elementos decorativos aplicados e integrados, mas as partes íntegras restantes prestavam-se para fundamentar suas reconstituições, servindo de referência para execução de formas e moldes. Os elementos faltantes, inclusive alguns balcões removidos para permitir a construção da fachada moderna, foram reconstituídos de maneira simplificada à luz do conceito de distinguibilidade de Boito (2008[1884]), que recomenda “que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se inevitáveis, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje” (BOITO, 2008[1884]: p. 61). E,

ainda, que os “complementos de partes deterioradas ou faltantes devem, mesmo que sigam a forma primitiva, ser de material diverso e ter formas simplificadas, evitando o falso histórico e evidenciando o diálogo entre o passado e o presente” (BOITO, 2008 [1884]). As reconstituições foram possíveis graças a iconografia existente que permitiu estabelecer parâmetros de natureza visual e métrica.

Prospecções realizadas no pavimento térreo revelaram que, à semelhança da intervenção nos pavimentos superiores, a inserção dos elementos associados ao léxico moderno, apesar dos danos causados, conservaram testemunhos dos elementos compositivos da sua fase eclética (JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009). Pode-se observar (ver figura 24) remanescentes da modenatura do embasamento das colunas e das suas caneluras, bem como dos frisos reentrantes que tanto o caracterizavam. Estes testemunhos viabilizaram suas reconstituições, salvo as partes cuja argamassa foi removida.

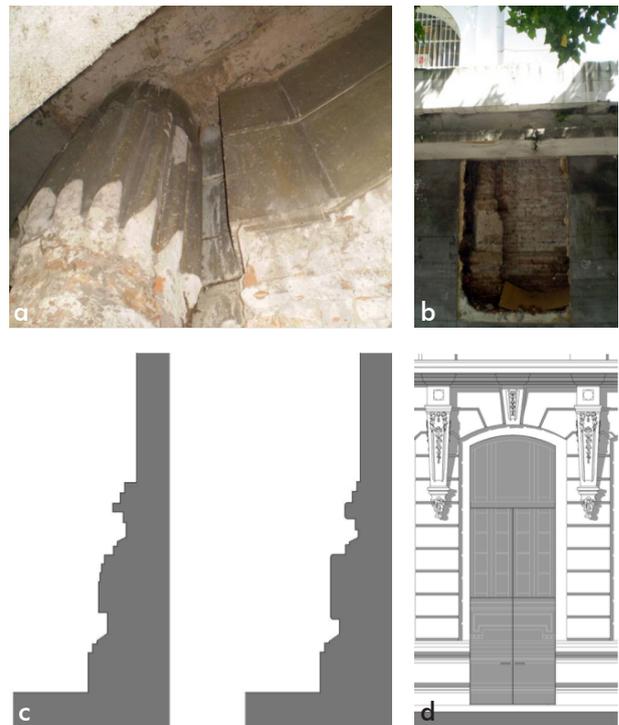


Figura 24 | Projeto de restauro. 24a: Prospecção realizada na Fachada Nordeste (Av. Rio Branco); 24b: Caneluras da coluna e revestimento original com friso reentrante; 24c: À esquerda, perfil do embasamento prospectado. À direita, a reinterpretação proposta; 24d: Porta de vidro proposta para o pavimento térreo
Fonte: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 51-53

Considerou-se, também, tendo em vista as perdas das aberturas originais, adaptá-las para garantir a manutenção do uso comercial no pavimento térreo. Vale salientar que o nível do piso destas unidades foram rebaixados na intervenção moderna, justamente para permitir seu uso comercial. Desta forma,

todas as janelas primitivas, com a exceção das que se localizam no torreão, seriam transformadas em portas. A perda das esquadrias originais e a ausência de registros documentais gráficos que permitam sua reconstituição, sugere a utilização de portas de vidro temperado adornadas com película que insinuam suas prováveis feições originais.

O conjunto torre, tambor e cúpula mereceu atenção particular tendo em vista sua importância na composição do edifício original e da sua posição no contexto urbano. Sua reconstituição restituiria a composição volumétrica do Banco do Recife, como também a sua significação cultural, associando-o à composição dos imóveis de esquinas que tanto ca-

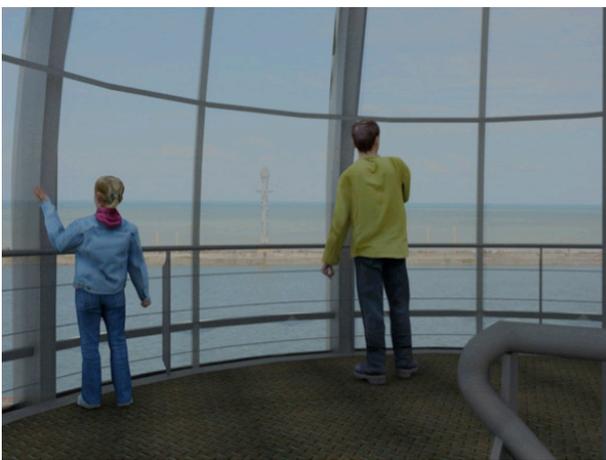


Figura 25 | Vista interna da cúpula proposta
Fotos: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 62

racterizam a reforma urbana do Bairro do Recife. Desta forma, segue-se as recomendações da Carta de Burra (1981), que sugere que “a reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição *sine qua non* de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida”; e que, ao ser feita, “deve se limitar à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças aos testemunhos materiais e/ou documentais. As partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas de perto” (Carta de Burra 1980).

O pavimento térreo do torreão deverá ser elevado para a cota original, sendo necessária a reconstituição dos degraus de acesso, como revelado pela iconografia. Sugere-se que venha a ser ocupado por um memorial dedicado ao próprio imóvel. Já o tambor e a cúpula devem ser reconstituídos em caso aço inoxidável e vidro, segundo os registros documentais existentes, de forma a obedecer as proporções similares as originais, provavelmente executada em ma-

deira e ferro, com revestimento em chapas metálicas, como observado em imóveis vizinhos. O espaço gerado pelo tambor e pela cúpula seria destinado a um mirante acessado pela laje de cobertura, transformado em terraço descoberto com revestimento cerâmico, em coloração semelhante à telha cerâmica precedente (ver figuras 24 e 25).

Alterações no acesso a este piso se fazem necessárias, como a modificação do piso de acesso e a substituição dos atuais elevadores por modelos que dispensam casa de máquinas, para atender às exigências de acessibilidade universal. Previu-se a remodelação das salas existentes, originalmente destinadas à casa do zelador para abrigar um café. A área necessária para comportar o novo uso geraria acréscimo na área construída existente, compatível com o remanejamento da área locável correspondente ao memorial no pavimento térreo. Esta construção encontrar-se-ia abaixo do gabarito da intervenção de Delfim Amorim, não interferindo na volumetria da edificação.

As obras de ocupação da cobertura, além de aumentar a área destinada para locação e gerar dividendos para os proprietários, permitiria franquear o acesso público e oferecer a oportunidade da contemplação da paisagem urbana de ponto privilegiado e se justificaria por

[...] incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares (Normas de Quito de 1967).

Como anteriormente, a proposta de ocupação do piso de cobertura não foi aprovada pela 5ª SR-IPHAN.

5. O Banco do Recife redivivo, ma no tropo

Luciano Costa Júnior e Delfim Amorim certamente não imaginaram que um negócio imobiliário e sua solução arquitetônica promovessem um dos mais intensos debates acerca da preservação de bens patrimoniais em Pernambuco, envolvendo técnicos de órgãos de preservação nos três níveis de governo, pesquisadores, docentes, restauradores, historiadores, gestores públicos, jornalistas e leigos (ALVES, 2001; CABRAL, 2010). Entre a conclusão das obras de intervenção modernizadora, no início dos anos de 1960, e completa retirada dos elementos vazados, em 2007, o Edifício Luciano Costa foi tema recorrente em discussões sobre as formas de intervir em edificações, sejam consideradas bens patrimoniais ou não.

Sua publicação no livro *Delfim Amorim – arquiteto* (AMORIM, et al, 1981) reacendeu o interesse sobre

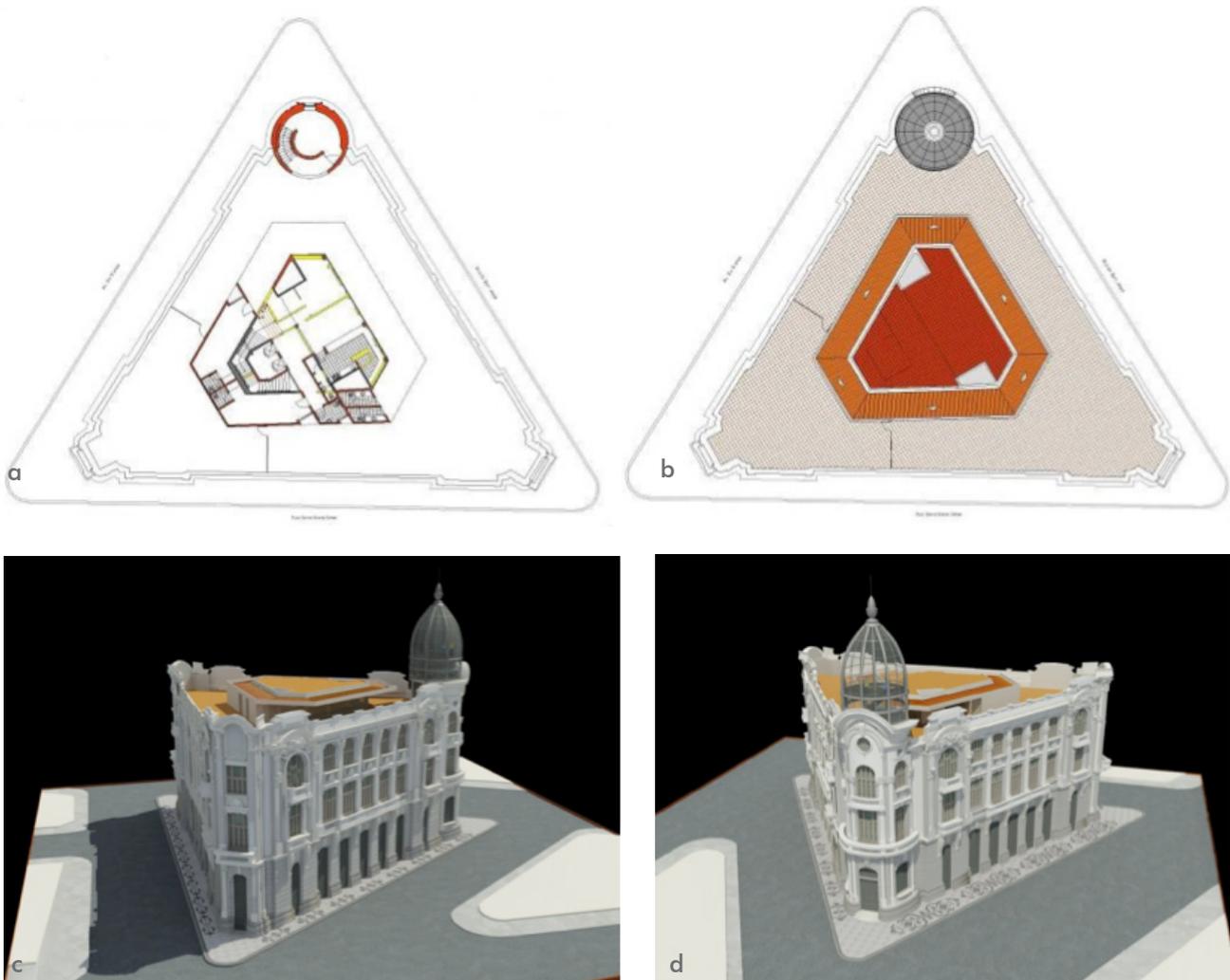


Figura 26 | Proposta para a cobertura. 26a: Planta-baixa; 26b: Coberta; 26c: Vista da Rua do Bom Jesus; 26d: Vista da Avenida Rio Branco
Fotos: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 59-61

o edifício, mas foi ao longo da década de 1990 com o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife e o interesse de valorizar o seu conjunto urbano e arquitetônico eclético, a publicação do artigo *Edif. Luciano Costa, o Locus da Ruptura ou Alien, o Monstro da Pós-Modernidade* (AMORIM, 1994) que evidenciou seu caráter emblemático, e, finalmente, a solicitação de remoção da superfície de elementos vazados por parte dos proprietários, que o Edifício Luciano Costa tornou-se tema público de debate.

Segundo arquiteto Frank Svenson,²³ que atuou profissionalmente no Recife entre 1962 e 1970, a solução apresentada por Amorim era recorrentemente apontada como uma alternativa à substituição plena de edificações de passado recente, sempre comparada ao projeto da sede do *First National City Bank*, projeto de Henrique Mindlin, de 1957, localizado na esquina da Avenida Marques de Olinda com as ruas Dona Maria César e Álvares Cabral. Frente à frente, as duas edificações expressavam distintos estatutos, distintos modos de lidar com o contexto urbano homogêneo fruto das obras de modernização do centro histórico da cidade.

É verdade que o restauro parcial das fachadas ecléticas não encerraram sua longa saga. Ainda há muito o que fazer para diluir a presença do Edifício Luciano Costa no Banco do Recife. As lacunas de adornos, a insistência horizontal de marquise e vitrines, o pórtico de acesso, visto em algumas das obras do arquiteto em Portugal, e o seu interior azulejado garantem a perenidade de um diálogo inconveniente entre o passado que os modernos queriam apagar e um moderno ainda jovem, portanto, sem a ancianidade que tanto seduz e faz reconhecer, em muitos, um valor patrimonial.

Notável edifício eclético, notável edifício moderno.

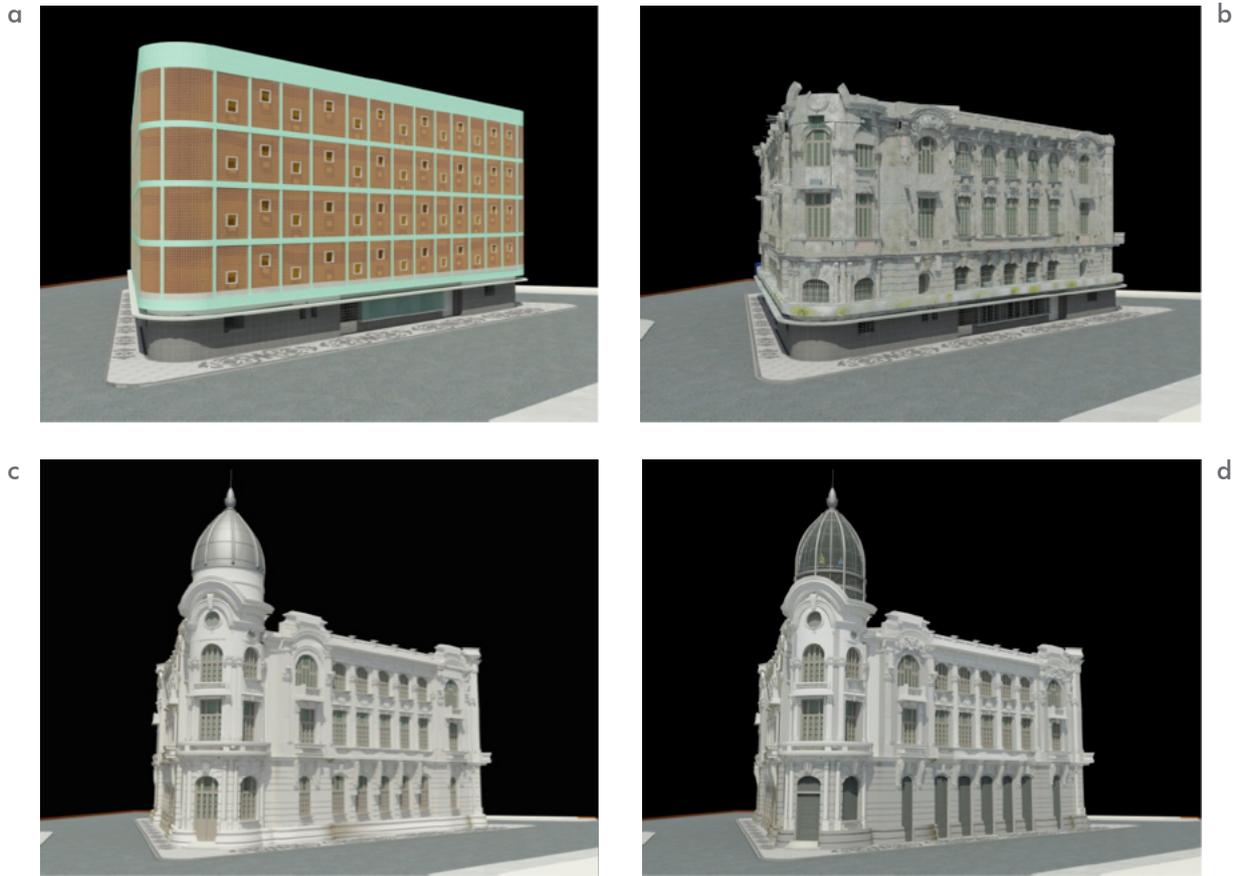


Figura 27 | Vista da reconstituição da edificação a partir da Avenida Rio Branco. 27a: Edifício Luciano Costa; 27b: Mapa de danos; 27c: Banco do Recife; 27d: Situação proposta. Fotos: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 70-82

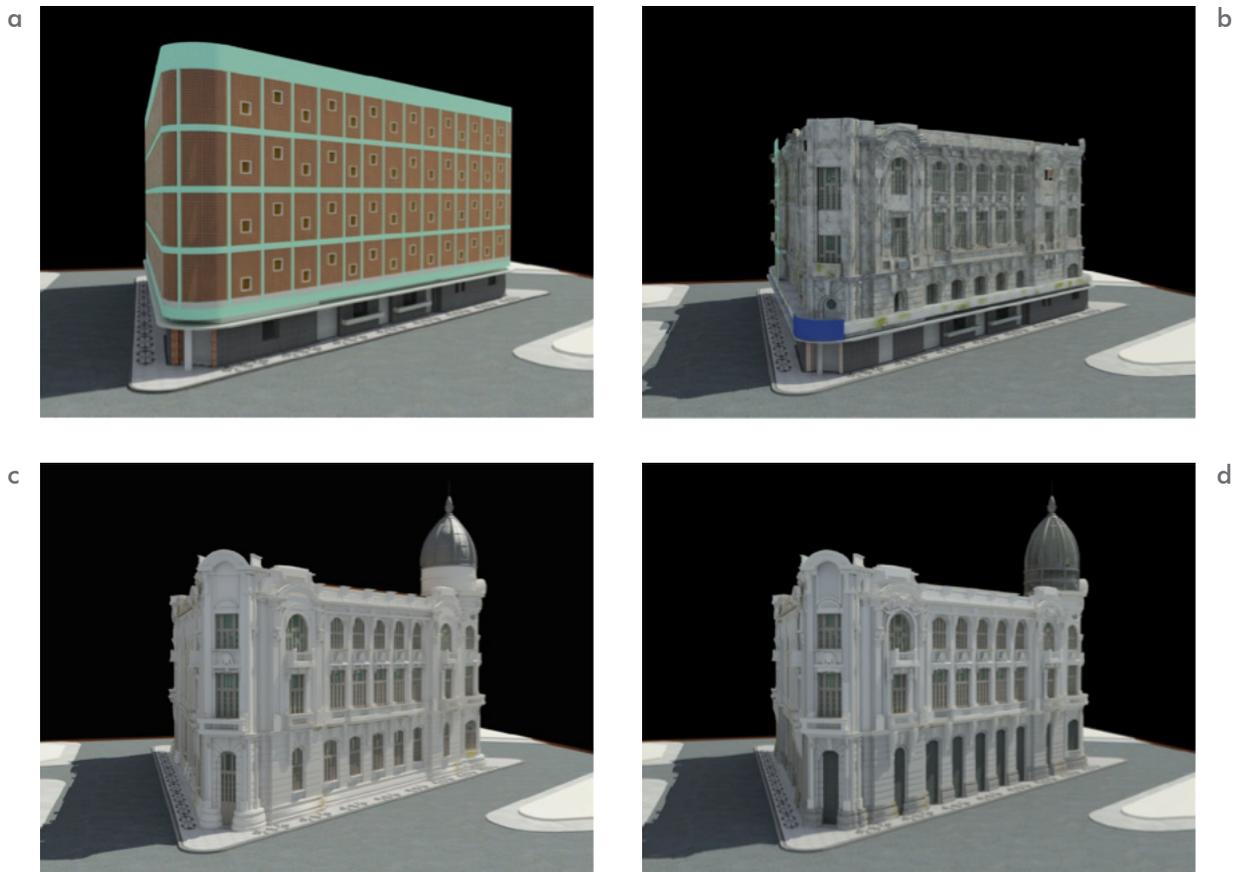


Figura 28 | Vista da reconstituição da edificação a partir da Rua do Bom Jesus. 28a: Edifício Luciano Costa; 28b: Mapa de danos; 28c: Banco do Recife; 28d: Situação proposta. Fotos: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 71-83

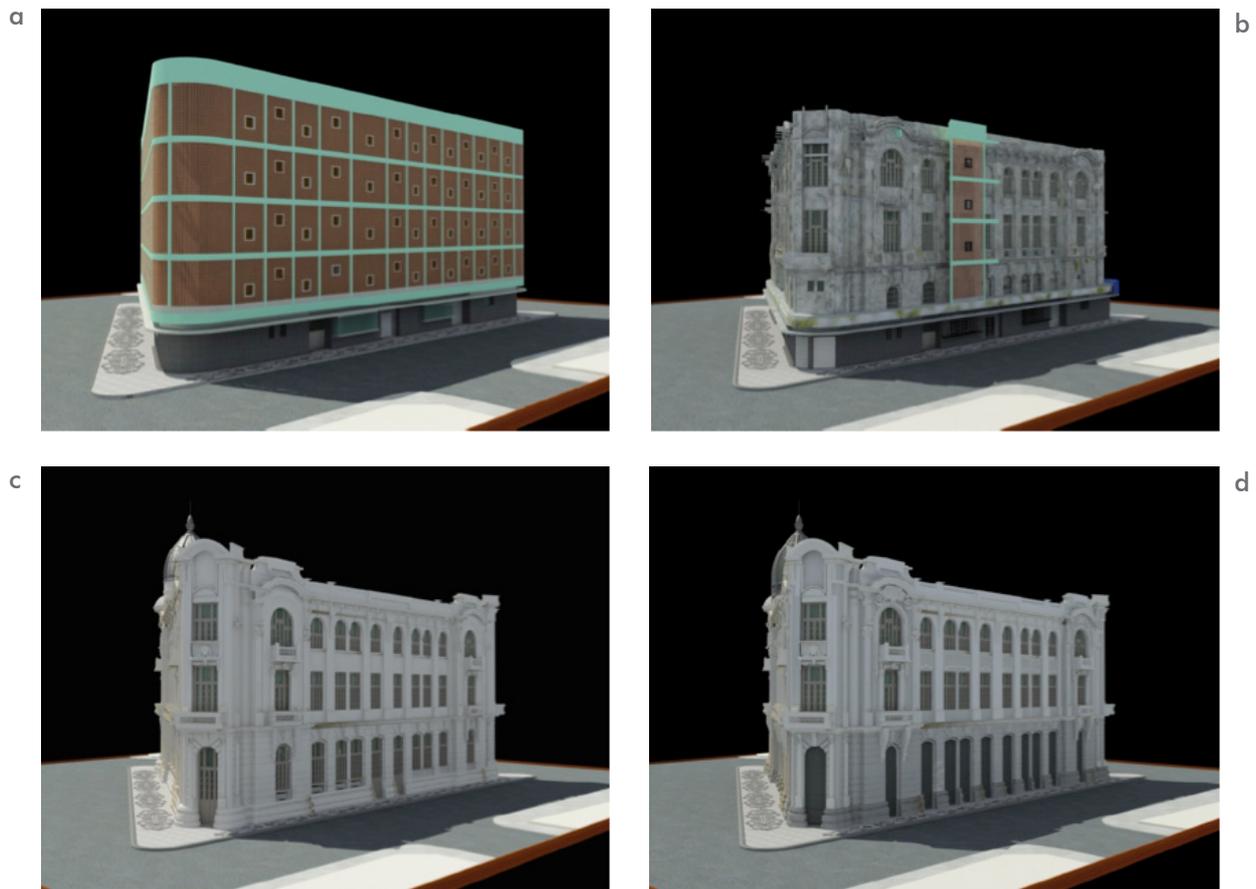


Figura 29 | Vista da reconstrução da edificação a partir da Rua Dona Maria César. 29a: Edifício Luciano Costa; 29b: Mapa de danos; 29c: Banco do Recife; 29d: Situação proposta
Fotos: JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, 2009: p. 70-84

Notas

¹ Portaria No. 263, de 23 julho de 1998, publicada no Diário Oficial da União, no dia 24 de julho de 1998.

² O edifício também recebeu a alcunha de “camisa de vênus”, talvez mais apropriada por estar localizado na zona do baixo meretrício da cidade.

³ Delfim Amorim e Heitor Maia Neto são autores dos projetos para as residências geminadas na Rua Camboim, 126 (1963) e da Avenida Conselheiro Aguiar, 4214, além de uma residência unifamiliar na Rua dos Navegantes, 1130 (1964) e da reforma de edifício de escritórios na Rua Vigário Tenório, 191 (AMORIM et al, 1981).

⁴ O autor refere-se ao atentado à bomba realizado no Aeroporto Internacional dos Guararapes.

⁵ *United States Information Service (USIS)* era um braço diplomático da *United States Information Agency (USIA)* cujo objetivo principal era divulgar a política internacional, interesses e valores do governo.

⁶ Para uma detalhada discussão sobre o amplo debate entre técnico dos órgãos de preservação, arquitetos, representantes da social civil e proprietários, recomenda-se consultar o artigo intitulado *E o Iphan retirou o véu da noiva e disse sim. Ecletismo e modernismo no edifício Luciano Costa*, de autoria de Renata Cabral (2010).

⁷ O depoimento dado pelos senhores José Roque da Silva e José Alberto da Silva a Luiz Amorim, em 1993, respectivamente pedreiro e eletricitista da obra de reforma do edifício Luciano Costa, confirmam que o pátio era coberto quando no momento das obras. Contudo, não existem provas documentais que atestem a informação. Também testemunharam que havia um conjunto de esquadrias de veneziana de madeira localizadas abaixo da estrutura de cobertura para permitir a exaustão do ar quente (AMORIM, 1994).

⁸ A doação foi registrada em Termo de Doação, registrado em cartório no dia 5 de fevereiro de 1949, em nome dos filhos Luciano Costa Júnior, Eduar-

do de Oliveira Costa e Ida Costa Bezerra de Melo (CORREIA e MELO, 2002).

⁹ Segundo o Sr. Mário Ramos Meireles, da Livraria Universal (CORREIA e MELO, 2002).

¹⁰ Depoimento dos senhores José Roque da Silva e José Alberto da Silva a Luiz Amorim, em 1993.

¹¹ Delfim Amorim utilizará os princípios da Gestalt em exercícios ministrados na disciplina Plástica, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife, depois de Pernambuco.

¹² Toma-se aqui a acepção dada por Estevão Pinto (1980[1943]: p. 57) que afirma que o muxarabi consiste “num abalcoado bem saliente, apoiado geralmente em cachorros de pedra. Quase sempre as grades estavam providas de postigos moveáveis, semelhantes aos pára-ventos [sic]”; em lugar daquela dada por Eduardo Corona e Carlos Lemos (2017[1972]: p. 330): “nome que de uma maneira geral se dá ao anteparo perfurado colocado na frente de uma janela ou na extremidade de uma saliência abalcoada, com o fito de se obter sombra e de se poder olhar para o exterior sem ser observado”.

¹³ O Projeto de Arquitetura é concluído em 18 de dezembro de 1959 e aprovado pela Prefeitura Municipal do Recife em 26 de janeiro de 1960.

¹⁴ É possível que o tambor e cúpula que encerravam o torreão tivessem sido demolidos neste momento, porém, o Projeto de Arquitetura não os identifica em nenhuma planta como elementos a serem demolidos. Não foram obtidas informações que demonstrassem que ainda existissem quando da elaboração do projeto.

¹⁵ Segundo Corona & Lemos (2017 [1972]: p. 415) gelosia ou rótula são “caixilhos, de porta ou de janela, cujo vão é preenchido por uma grade composta de pequenas tiras de madeira que se cruzam diagonalmente. As rótulas permitiam que se olhasse para fora sem ser visto, além de patrocinar aos interiores agradável sombra e ventilação permanente [sic].”

¹⁶ A equipe foi composta pelos arquitetos e urbanistas Luiz Amorim, coordenador, Cynthia Cabral da Costa, Franciza Toledo, com o apoio do estagiário Fernando Almeida e a consultoria da arquiteta e urbanista Claudia Torres.

¹⁷ Considerava-se, também, a candidatura a editais públicos de mecenato estadual, por meio do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE), e federal, regulamentado pela Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, bem como às políticas municipais de incentivo ao restauro de edificações no Bairro do Recife (AMORIM; TOLEDO; COSTA, 2003).

¹⁸ A altura deveria variar entre 2,20 m – cota superior da viga de sustentação da laje de teto do último pavimento do edifício, e 3,45m – cota superior da caixa d’água, enquanto que a linha de cumeeira da coberta existente seria adotada como referência para a delimitação da área edificável.

¹⁹ O ensaio, idealizado por Luiz Amorim com a contribuição da arquiteta e urbanista Claudia Torres.

²⁰ O arquiteto e urbanista é titular da empresa Jorge Passos - Arquitetura e Restauro.

²¹ Fizeram parte da Equipe Técnica, além do arquiteto e urbanista Jorge Passos, os arquitetos e urbanistas Pedro Valadares, Renata Lopes e Marina Russell,

²² “A restauração deve dirigir-se ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível...”. (BRANDI 2008)

²³ Encontro com Luiz Amorim no Centro de Artes e Comunicação, na ocasião de palestra proferida pelo arquiteto, no final dos anos de 1980.

Referências bibliográficas

ALVES, C. (2001) Bairro do Recife, prédio de combóios é alvo de polêmica. *Jornal do Commercio*, Recife, 5 ago. 2001.

AMORIM, L. (1989) Delfim Amorim - construtor de uma linguagem síntese. *AU - Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 24, p. 94-97.

AMORIM, L. (1994) Edf. Luciano Costa, o Locus da Ruptura ou Alien, o Monstro da Pós-Modernidade. *Revista ArteComunicação*, v. 1, n. 1, p. 207-231.

AMORIM, L. (1999) Edifício Luciano Costa: um enfoque positivo. In: *Seminário Docomomo-Brasil*, 3., 1999, São Paulo. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/lcosta_sitfinal.doc>. Acesso em: 15 fev. 2019.

AMORIM, L. (2000a) Edifício Luciano Costa: um enfoque positivo. *Arquitextos* (São Paulo), v. 005, n.5, p. e018.

AMORIM, L. (2000b) Diretrizes para uma possível intervenção no Edifício Luciano Costa em Recife. *Minha Cidade*, v. 03, n.7, p. 07.

AMORIM, L.; TOLEDO, F.; COSTA, C. (2003) *Diretrizes de intervenção no Edifício Luciano Costa*. Relatório técnico. Recife.

AMORIM, L. (2007) *Obituário arquitetônico, Pernambuco modernista*. Recife: Instituto Delfim Amorim.

- AMORIM, L.; SILVA, G. G.; OITICICA, D.; SALLES, M.; SANTOS, P. S. (1981). *Delfim Amorim, arquiteto*. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de Pernambuco.
- BARBOSA, C. (1972) *Organização dos Arquitectos Modernos: ODAM do Porto 1947-1952*. Porto: ASA.
- BOITO, C. (2008 [1884]) *Os Restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- BRANDI, C. (2008 [1966]) *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- BRUAND, Y. (1981) *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Carta de Atenas* (1931). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019
- Carta de Atenas* (1933). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf> . Acesso em: 28 de janeiro de 2019
- Carta de Burra* (1981). Disponível em: https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter_1981.pdf. Acesso em: 28 de janeiro de 2019
- Carta de Veneza* (1964). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> . Acesso em: 28 de janeiro de 2019
- CABRAL, R. (2010) E o Iphan retirou o véu da noiva e disse sim. Ecletismo e modernismo no edifício Luciano Costa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 123-146. jul.- dez.
- CAVALCANTI, P. (1980) *O caso eu conto como o caso foi: fatos do meu tempo*. Recife: Editora Guararapes.
- Combogó escondia fachada imponente de prédio. *Jornal do Commercio*, Recife, ano 2007, 16 de setembro de 2007.
- CORONA, E.; LEMOS, C. (2017[1972]) *Dicionário de Arquitetura Brasileira*. 2a. Edição. São Paulo: Romano Guerra
- CORREIA, A. L.; MELO, A. (2002) *Levantamento histórico-fotográfico do Edifício Luciano Costa..* Recife. Relatório técnico.
- COSTA, L. (1995) *Registro de uma vivencia*. São Paulo: Empresa das Artes.
- GRACIA, F. (1992) *Construir em lo construido*. Madrid, Nerea.
- JORDAN. D. (2004) Haussmann and Haussmannisation: The Legacy for Paris. *French Historical Studies*, v. 27, n. 1, p. 87-113.
- LACERDA, N. (2007) Intervenções no Bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646
- LUBAMBO, C. (1991). *Bairro do Recife, entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife.
- MENEZES, J. L. (org.) (1998) *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Recife: Editora Massangana.
- MINDLIN, E. (1999 [1955]) *Arquitetura Moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.
- MOREIRA, F. D. (1995). A Construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). In: R. Farret (Ed.), *VI Encontro Nacional da ANPUR*, (p. 788-796). Brasília: ANPUR.
- NASLAVSKY, G. (2010) *Arquitetura moderna em Pernambuco, 1951-1972: as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim*. Recife: Livro Rápido.
- Normas de Quito* (1967). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.
- PACCOUD, A. (2016) Planning law, power, and practice: Haussmann in Paris (1853–1870). *Planning Perspectives*, v.31, n. 3, p. 341-361,
- JORGE PASSOS - ARQUITETURA E RESTAURO, (2009) *Projeto executivo de Restauração das fachadas do Edifício Luciano Costa*. Relatório técnico.
- PINTO, E. (1980[1943]) Muxarabis e balcões. In: *Arquitetura Civil II*. São Paulo: IPHAN/FAUUSP, p. 47-88.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE (1935) *Guia da Cidade do Recife*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE (1981), *Preservação dos Sítios Históricos*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE (1998) *Proposta de tombamento do núcleo original da cidade do Recife ('Dentro de Portas')*, 2. *Detalhamento da proposta técnica*. Recife: Empresa de Urbanização.
- SEGAWA, H. (Org.) (1988). *Arquiteturas no Brasil: anos 80*. São Paulo: Projeto.

SEGAWA, H. (1998) *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: EdUSP.

SILVA, G.G. (1988) Marcos da arquitetura moderna em Pernambuco. In: SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil: anos 80*. São Paulo: Projeto, p.19-28.

SILVA, G. G. (1994) Documento: Delfim Amorim. *Arquitetura e Urbanismo*, p. 71-79.

URB Recife (1998) *Revitalização do Bairro do Recife - Proposta de Tombamento a Nível Federal - IPHAN*. Recife.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. (2008) *Gestão de Sítios Históricos: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

ZANCHETTI, S. (1995) Revalorização das áreas centrais – a estratégia do Bairro do Recife. In: *Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais, 1995*, Recife. *Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*, p. 100-109.

ZANCHETTI, S.; LACERDA, N. (1999) A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do caso do Bairro do Recife. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 8-24. jan-mar.

ZANCHETTI, S. (Org.) (1999) *Conservation and Urban Sustainable Development*. 1ed. Recife: Editora Universitária da UFPE.

ZANCHETTI, S. (Org.) (2002) *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife: Editora Universitária da UFPE.